



**Escola de Criminologia**

Isabel Machado Moreira

**A EVASÃO FISCAL E A TAX MORALE  
– ANÁLISE EMPÍRICA.**

Mestrado em Criminologia

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professor Doutor Pedro António Basto de Sousa

E do Coorientador

Professor Doutor José Manuel Nunes de Sousa Neves Cruz

## **Resumo**

Muitos contribuintes declaram seus rendimentos com transparência à administração tributária. Porquê? Com este estudo encontramos uma correlação entre moralidade fiscal e a evasão fiscal, controlando uma série de fatores. Analisamos a moralidade fiscal como variável dependente e estudamos as determinantes que a espelham.

Os resultados indicam que fatores como a confiança no Governo e a felicidade têm impacto na moralidade fiscal dos inquiridos.

## **Abstract**

Many taxpayers truthfully declare their income to the tax administration. Why? With this study we have found a correlation between tax morale and tax evasion, controlling a variety of factors. Furthermore we have analysed tax morale as dependent variable and studied the determinants that shape it.

The results indicate that factors such as trust in Government and happiness, have impact on tax morale of respondents.

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Prof. Doutor Pedro Sousa, e ao meu Coorientador, Prof. Doutor José Neves Cruz, pela apreciação crítica, orientação científica, pela disponibilidade e pela atenção. Prof. Doutor José Neves Cruz

Aos meus amigos pelo apoio na distribuição e recolha dos questionários.

Aos meus pais.

Ao meu marido.

## Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Introdução	1
 PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	 4
 1. Os impostos e a ilicitude fiscal	 4
1. 1. Conceitos	5
1.2. Causas e repercussões da evasão fiscal	7
1.2.1. Causas	7
1.2.2. Repercussões da evasão fiscal	11
Reflexões	12
 2. <i>Tax Morale</i>	 13
2.1. O cumprimento das obrigações fiscais	14
2.2. O conceito de moralidade fiscal e as suas principais determinantes	17
2.3. Fatores demográficos e pessoais	19
2.4. Fatores Económicos	20
2.5. Fatores sociológicos e comportamentais	21
2.6. Fatores psicológicos	22
2.7. Fatores Políticos	23
Conclusão	24
 PARTE II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	 26
 1. Objetivos e hipóteses	 26
2. Metodologia	28
2.1. Desenho da investigação	28
2.2. Amostra	29
2.3. Instrumento de recolha de dados	30
2.3.1. Inquérito por questionário	30
2.3.2. Questionário	31

2.4. Procedimentos	34
 PARTE III – ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)	 37
1. Caracterização da amostra	37
2. Estudo da variável <i>tax morale</i>	37
2.1. Análise da <i>tax morale</i> com recurso ao TOS	38
2.2. Análise da <i>tax morale</i> com recurso ao WVS	40
2.3. Análise da relação entre as variáveis que medem a <i>tax morale</i>	40
3. A <i>tax morale</i> e os fatores pessoais e demográficos	41
3.1. <i>Tax morale</i> e o género	42
3.2. <i>Tax morale</i> e a idade	43
3.3. <i>Tax morale</i> e a escolaridade	43
3.4. A <i>tax morale</i> e o estado civil	44
3.5. A <i>tax morale</i> e a situação profissional	45
3.6. Análise de relações entre a moralidade fiscal e as variáveis sociodemográficas	46
4. A <i>tax morale</i> e os fatores económicos	48
5. A <i>tax morale</i> e os fatores sociológicos e comportamentais	49
6. A <i>tax morale</i> e os fatores psicológicos	51
7. Relação entre a <i>tax morale</i> e a evasão fiscal	52
 Conclusão	 54
 Referências bibliográficas	 58
 Anexo I – Inquérito	 75

## Introdução

A presente dissertação tem como objetivo proceder à análise empírica da evasão fiscal e da *tax morale*, tentando perceber em que medida é que estas se relacionam. Mais concretamente, analisamos o impacto que certos fatores – fatores demográficos e pessoais, económicos, sociológicos e comportamentais, psicológicos e políticos – têm no comportamento do contribuinte e de que forma é que esses fatores se correlacionam com a conduta dos indivíduos da nossa amostra no momento de pagarem os seus impostos.

Com efeito, os impostos são um elemento estruturante da noção de Estado democrático, de uma sociedade de direito, bem como um imperativo de cidadania. O estado necessita dos impostos para assegurar a sua capacidade funcional, pois são estes que lhe providenciam meios financeiros que suportam tanto a sua existência, como o seu funcionamento. Assim, afigura-se essencial perceber porque é que algumas pessoas pagam os seus impostos e outras não. O estudo deste fenómeno, do cumprimento fiscal, é relativamente recente, tendo cerca de quarenta anos de existência. Não obstante, vem sendo alvo de atenção crescente por parte da literatura, por forma a reduzir-se o problema da evasão fiscal nas sociedades.

Neste contexto, alguns teóricos têm afirmado que a *tax morale*, enquanto motivação intrínseca que leva cada um de nós a pagar impostos, pode ajudar a explicar o nível de cumprimento das obrigações fiscal (por exemplo, Schwartz & Orleans, 1967; Lewis, 1982; Frey & Feld, 2002).

Atendendo ao exposto, com o presente estudo, pretendemos avaliar, na nossa amostra, o seguinte objetivo geral – caracterizar a relação entre a evasão e a moralidade fiscal –, a partir do qual construímos o seguinte objetivo específico: identificar se a moralidade fiscal dos indivíduos está relacionada com os seus registos em termos de fatores demográficos e pessoais, fatores económicos, comportamentais e sociológicos, fatores psicológicos e fatores políticos, e em que extensão.

Em Portugal, que conheçamos, existirá, apenas, uma investigação em curso sobre a temática da *tax morale*, pela Dra. Cristina Sá. Já a temática da evasão fiscal vem sendo bastante explorada, nomeadamente pelo Observatório de Economia e Gestão da Fraude. Ao nível internacional, este tema vem sendo alvo de atenção crescente e desenvolvimento. Assim, acreditamos que os resultados obtidos nesta investigação poderão constituir um conhecimento relevante no âmbito do estudo da relação entre a *tax morale* e a evasão fiscal.

Para além do contributo do estudo para o saber teórico e académico, estamos em crer que o presente trabalho poderá ser útil no campo das políticas de combate à evasão fiscal, na medida em que políticas preventivas, diferenciadas e focalizadas nas variáveis que se encontram associadas ao comportamento dos contribuintes, incrementam atitudes positivas dos contribuintes face ao estado e às suas políticas fiscais. Deste modo, estas podem constituir um importante instrumento de dissuasão de atitudes evasivas. Facto tanto mais importante em tempos de crise económica e financeira, uma vez que o aumento das dificuldades pode tornar os contribuintes mais suscetíveis à perpetração de atos evasivos.

Face à atual conjuntura, do nosso ponto de vista, agir no sentido de fomentar a ligação do contribuinte ao estado e, conseqüentemente, a sua moralidade fiscal poderá conduzir ao desenvolvimento de comportamentos positivos por parte daquele e, naturalmente, à prevenção de eventuais comportamentos evasivos.

Em termos metodológicos, o estudo segue uma metodologia do tipo quantitativa, de natureza exploratória e transversal, com recurso à amostra do tipo não-probabilística por conveniência, ao inquérito por questionário como técnica principal de recolha de dados e à distribuição, em papel, dos questionários por cidadãos em idade contributiva ativa.

Do ponto de vista organizacional, o presente trabalho está estruturado em: introdução, parte I (capítulos 1, 2), parte II (capítulos 1 e 2), parte III (capítulos 1 a 7), conclusão, referências bibliográficas e, por último, o anexo.

Na introdução, efetuamos a apresentação do estudo, definindo o objeto de pesquisa, os principais objetivos, a contribuição esperada e a estrutura da dissertação.

A parte I constitui uma revisão da literatura sobre a evasão fiscal e a *tax morale*. No capítulo 1, analisamos os principais desenvolvimentos teóricos, conceituais, evolutivos e legais relacionados com a temática da ilicitude fiscal. No capítulo 2, abordamos aspetos teóricos, conceituais e empíricos concretos da *tax morale*.

A parte II refere-se à metodologia da investigação adotada. No capítulo 1 delimitamos o objeto de estudo, definimos os objetivos da pesquisa e formulamos as hipóteses de investigação. No capítulo 2 tratamos e justificamos as opções metodológicas efetuadas, designadamente a escolha de uma metodologia quantitativa, a opção por uma amostra por conveniência, o recurso ao inquérito por questionário e os procedimentos adotados durante o processo de distribuição e recolha dos inquéritos e, ainda, de revisão e triagem dos mesmos.



Na parte III apresentamos os resultados do presente estudo empírico, designadamente a caracterização da amostra, a análise à variável latente, a análise de correlações entre as variáveis dependente e independentes e a comparação entre grupos, e procedemos à sua discussão, à luz das evidências empíricas e das proposições teóricas identificadas no referencial teórico (parte I).

Por fim, apresentamos as principais conclusões e contributos da investigação e identificamos algumas limitações do estudo e, ainda, expomos sinais para eventuais investigações futuras nesta área do saber.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1. Os impostos e a ilicitude fiscal

“O sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e de outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza”.<sup>1</sup>

Os impostos vêm consagrados constitucionalmente como pedra basilar do atual conceito de estado social de direito. Representam o suporte da ação estatal, surgindo, ainda, como veículo de importantes políticas económicas e sociais, nomeadamente a redistribuição do rendimento. Constituem, por isso, uma obrigação cívica dos contribuintes, um autêntico “dever de cidadania”.<sup>2</sup>

Hoje em dia a fiscalidade é, pois, um dos principais fatores que influenciam as economias e, especialmente, a competitividade dos diferentes sistemas económicos. Esta circunstância leva a que nos sistemas fiscais hodiernos se incorpore, juntamente com os tradicionais princípios de equidade, de eficiência e de simplicidade, a necessidade de competitividade internacional fiscal. Todavia, pese embora a incontestável importância destes tributos na consecução dos fins a que o Estado se propõe, os impostos tendem a ser vistos como custos indesejados que surgem desacompanhados de um automático incremento de bem-estar na esfera do contribuinte cumpridor. Assim sendo, o *homo economicus* lutará no sentido de diminuir os efeitos da tributação e, dessa forma, aumentar o rendimento disponível.

Neste contexto, verifica-se que “[a] dimensão do fenómeno da evasão, da fraude fiscal e do planeamento fiscal abusivo atingiu enormes proporções na erosão das bases fiscais nacionais”.<sup>3</sup> Constata-se que a fuga à tributação é um tema de grande acuidade – particularmente agora, em tempos de crise – e que vem gozando de crescente atenção tanto da parte dos media como das instâncias internacionais.

---

<sup>1</sup> Artigo 103º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa.

<sup>2</sup> A expressão *dever de cidadania* encontra-se consagrada no Decreto-Lei 29/2008, de 25 de Fevereiro, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento a administração tributária sobre esquemas propostos ou atuações adotadas que tenham como finalidade, exclusiva ou predominante, a obtenção de vantagens fiscais, em ordem ao combate ao planeamento fiscal abusivo.

<sup>3</sup> Ministério das Finanças e da Administração Pública (2009). “Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais – Relatório do grupo para o estudo da política fiscal, competitividade, eficiência e justiça do sistema fiscal”, 171.

## 1. 1. Conceitos

Um dos problemas primários quando se analisa o fenómeno da evasão e fraude fiscais é, precisamente, a sua delimitação terminológica. Na verdade, embora os contornos das atividades fraudulentas não se alterem significativamente de país para país, questões criadas sobretudo por traduções inadequadas conduzem a discrepâncias concetuais próprias de um fenómeno que pela sua ubiquidade é analisado e teorizado nos diversos idiomas.

Essa diversidade leva a que conceitos que extravasem a tradicional tripartição *avoidance*, *evasion* e *fraud*, gerem uma falta de clareza linguística e concetual que não se limita a provocar apenas embaraços académicos, mas também acaba por adulterar legislação comunitária secundária ou, inclusivamente, acórdãos do tribunal de justiça das comunidades europeias.

Tendo presente as inconsistências terminológicas que se verificam, propõe-se a adoção de conceitos que, elegendo o latim como língua franca, afastem a confusão e promovam a harmonização terminológica indispensável a uma área com forte componente transfronteiriça e multilinguística. Considera-se que, em função da diferente atitude adotada pelo sujeito passivo face às leis tributárias devem ser consideradas três categorias principais de comportamentos fiscais: Gestão fiscal *intra legem* (o planeamento legal), *extra legem* (elisão fiscal ou planeamento fiscal abusivo) ou *contra legem* (fraude fiscal ou evasão fiscal em sentido estrito).<sup>4</sup>

Fala-se pois de engenharia, economia, poupança, gestão fiscal, ou planeamento (*lato sensu*), que é então “qualquer esquema ou atuação que determine, ou se espere que determine, de modo exclusivo ou predominante, a obtenção de uma vantagem fiscal por sujeito passivo de imposto” tal como estabelece o art. 3º, alínea a), do Decreto Lei 29/2008 de 25 de Fevereiro . Esta poupança poderá operar-se por meio de duas formas distintas: por um lado o planeamento fiscal (*stricto sensu*) ou, por outro, a evasão fiscal (*lato sensu*), que engloba comportamentos elisivos e fraudulentos.

O conceito de planeamento fiscal *stricto sensu* (*tax planning*) compreende os casos em que se pretende tomar o conjunto de opções ou estratégias, absolutamente lícitas e legítimas, *intra legem* portanto, das quais resulte uma menor oneração com impostos. Neste contexto insere-se o aproveitamento de normas negativas de tributação,

---

<sup>4</sup> Só desta forma se podem combater eficazmente as persistentes divergências doutrinárias a nível terminológico (Ministério das Finanças e da Administração Pública (2009). “Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais – Relatório do grupo para o estudo da política fiscal, competitividade, eficiência e justiça do sistema fiscal, 115 e ss.).

nomeadamente através de benefícios fiscais, exclusões tributárias, e alternativas fiscais – que, de entre diversos exemplos, passam por opções entre regime geral ou regime de neutralidade nas operações de fusão e cisão, ou ainda na escolha das formas de realização das operações ou atividades, com particular relevância para a definição da forma jurídica e para o local de realização da actividade.

Caso distinto, desde logo porque já integra o universo da evasão, é o da elisão tributária (*tax avoidance*), também designada de planeamento abusivo ou excessivo, ou ainda de evitação fiscal.<sup>5</sup> Alude-se aqui a um comportamento *extra legem* que, não obstante ser lícito, é excessivo ou antijurídico e, como tal, vem sendo repellido pelas autoridades competentes devido à sua desconformidade face à *ratio legis* e à substância da realidade económica que lhe está subjacente. Consideram-se aqui os casos em que o contribuinte procura, através de meios artificiosos e com abuso das formas jurídicas, outra forma de exteriorização dos resultados dentro do leque de alternativas válidas oferecidas pela lei, enganando o Estado, ou, como melhor expressaria o castelhano, entrando no domínio da *elusión fiscal*. Estes atos ou negócios, formalmente lícitos, ficam isentos de sanção mas não deixam, no entanto, de ser embargados por meio de um mecanismo semelhante às figuras civilísticas do abuso de direito e do enriquecimento sem causa, através das correções à matéria tributável promovidas pelas leis antiabuso, disposições normativas de ampla abrangência e que podem revestir carácter geral (38º nº 2 da Lei Geral Tributária) ou especial (58º, 59º, 60º e 61º Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas entre outros).

Dentro do âmbito da evasão fiscal distinguem-se, ainda, as situações em que o contribuinte atua *contra legem*, i.e., no âmbito da fraude fiscal (ou evasão em sentido estrito), chamada “*tax evasion*” pelos anglo-saxónicos. Nesta figura identificam-se práticas de atos ou negócios especialmente ardilosos, “suscetíveis de causarem diminuição das receitas tributárias” (103º, nº1 do Regime Geral das Infrações Tributárias), que conseguem, “que não pela concessão de um formal benefício fiscal, evitar o pagamento do imposto, reduzi-lo ou retardá-lo”.<sup>6</sup> Estas práticas fraudulentas prefiguram ilícitos típicos, pois violam diretamente normas fiscais preceptivas, e, por isso, são reprimidas, através da aplicação de sanção contraordenacional (coima), ou, nos casos mais graves, de sanção criminal (pena de multa ou pena de prisão).

---

<sup>5</sup> Em alguma doutrina de língua inglesa consideram-se idênticos, mas não iguais os conceitos de *tax avoidance* e *aggressive tax planning*, considerando-se ambos comportamentos legais, contudo qualificando-se o primeiro mais extremo e no limite absoluto entre a atuação legal e ilegal.

<sup>6</sup> Pombo, Nuno (2007). “A Fraude Fiscal.”, 29.

## 1.2. Causas e repercussões da evasão fiscal

### 1.2.1. Causas

Muito embora se admita que a principal razão de fuga aos impostos é, em última análise, a sua própria existência, será extremamente redutor desconsiderar fatores que contribuem para o agigantar do problema da evasão fiscal.

Acresce que a opção por essas práticas refletirá um “risco calculado inerente à atividade económica, por um lado dinamizador do progresso, mas, por outro, capaz também de arrastar para o crime”, que vem ponderado pelo gestor maximizador de utilidade, estando este último disposto a praticar o ato ou negócio evasivos, se e quando os benefícios provenientes da evasão compensarem os riscos de deteção e eventual punição.<sup>7</sup> Esta tomada de decisão compreenderá variáveis como: a atitude do indivíduo face aos bens públicos; o seu grau de aversão ao risco; dados conjunturais; as taxas de impostos, legais e efetivas, assim como as contribuições para a segurança social; e, a gestão do sistema fiscal, com particular relevância para a probabilidade de deteção e consequências desta eventualidade, mas não esquecendo o seu grau de complexidade e eficiência.<sup>8</sup> Assim, admitindo que está na posse de toda a informação, o agente, num “simples cálculo económico” optará pela fuga até ao montante ótimo de evasão fiscal, que mais não é que a correspondência entre custos marginais (que resultam da conjugação das variáveis referidas) e benefícios marginais da prática evasiva (imposto poupado).<sup>9</sup>

Desta forma se explica que variações na taxa de imposto se repercutam nas decisões de estratégia fiscal e, concomitantemente, que maiores taxas de imposto provoquem um incremento dos benefícios marginais da fuga e, dessa forma, daí resultem maiores níveis de evasão tributária. Apoiada nestes factos, alguma doutrina critica a elevada carga fiscal que se faz sentir atualmente, referindo, inclusivamente que esta “deu origem a uma fuga estrutural à tributação”.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Berckhauer, Helmut (1975). “Wirtschaftskriminalität in Deutschland.”, 788-825 *em* Correia, Eduardo (1998). “Introdução ao Direito Penal Económico”, 300.

<sup>8</sup> Relativamente aos diferentes fatores que influenciam a escolha por comportamentos evasivos ver, entre outros: Allingham e Sandmo (1972). “Income Tax Evasion: A Theoretical Analysis.”, 323-338; Sanyal, Gang e Goswami (1998). “Corruption, Tax Evasion and the Laffer Curve”; Muhlbacher, Stephan (2007). “Why pay taxes? A review of tax compliance costs.”

<sup>9</sup> Pereira, Manuel (2005). “Fiscalidade”, 404.

<sup>10</sup> Sá Gomes, Nuno de (200). “Evasão fiscal, Infração Fiscal e Processo Penal Fiscal”, 40.

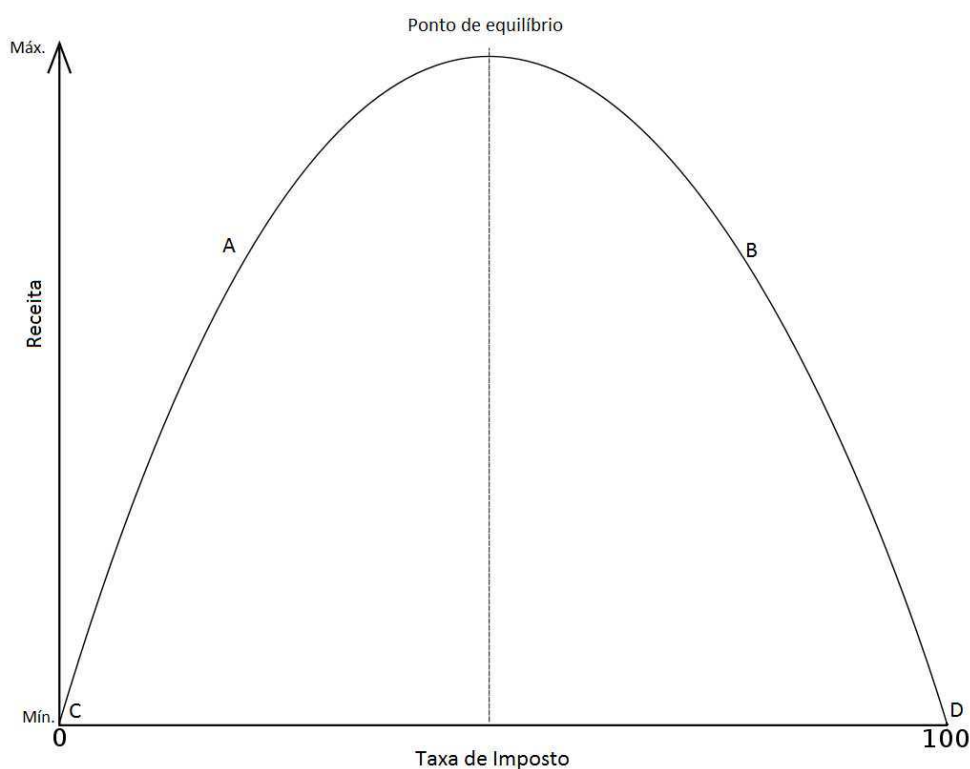
Na Figura 1 pode observar-se a célebre curva de Laffer que representa a elasticidade da receita taxável. Esta curva demonstra a forma como o valor da taxa de imposto influencia o montante de receita arrecadada, podendo levar a resultados semelhantes – a nível de receita – com taxas de imposto diferentes. Com efeito, taxas de imposto inexistente (0%) ou absoluta (100%) geram resultados iguais embora se devam a razões diferentes: no primeiro caso porque não existe tributação e, no segundo, porque se verifica uma resistência absoluta à tributação.

Então, considerando que o ponto de equilíbrio assinalado representa a taxa de imposto ótima que garante a maior arrecadação de receita, verifica-se que, até esse ponto, os aumentos na taxa de imposto resultam em aumento de receita arrecadada. Por outro lado, qualquer aumento depois desse ponto levará a um decréscimo na receita, por força, naturalmente, de forte substituição entre trabalho e lazer, mas também de comportamentos evasivos por parte dos contribuintes que, em função do agravado peso da tributação, têm assim maior incentivo para a fuga tributária. Esta é uma conclusão que se pode retirar da curva de Laffer representada abaixo: o aumento das taxas de imposto não só não garante necessariamente um incremento na receita arrecadada como pode aliás resultar numa descida da mesma. Inversamente, uma descida das taxas de imposto pode assim originar um acréscimo na receita fiscal cobrada.

Note-se, porém, que a curva de Laffer não compreende os benefícios associados à despesa fiscal. De facto, esses benefícios não se encontram previstos na curva de Laffer e, na verdade, o ponto ótimo representado na figura pode não corresponder ao ponto mais eficiente da tributação. Isto porque a cada sucessivo aumento marginal da taxa de imposto corresponde um maior custo fiscal, mas ao mesmo tempo um cada vez menor acréscimo dos benefícios resultantes da despesa possibilitada pela receita fiscal. Então, a partir do momento em que os custos de tributação ultrapassassem os benefícios de nova despesa, não é eficiente aumentar a tributação. Isto pode acontecer muito antes de se atingir o ponto ótimo representado na Figura 1. Os custos de aumento da tributação são crescentes, pois o efeito substituição torna-se cada vez maior com cada sucessivo igual acréscimo da taxa de imposto. Isto significa que o lazer se torna progressivamente mais atrativo, uma vez que cada sucessivo aumento da taxa de imposto permite menos rendimento que o anterior. Então, “o custo marginal de bem estar por unidade monetária de receita fiscal aumenta ao longo da curva de Laffer, aproximando-se de infinito no ponto C, uma vez que o denominador (aumento da

receita fiscal) aproxima-se de zero nesse ponto”.<sup>11</sup> Porém, muito antes de se atingir esse ponto já os benefícios de nova despesa fiscal podem estar abaixo dos custos de acréscimo da tributação.

Evidentemente, ao ponto ótimo representado na figura abaixo não corresponde uma taxa de imposto pré-determinada, uma vez que a resistência à tributação varia no tempo e no espaço, levando a que a taxa ótima seja absolutamente distinta de país para país, respondendo a características próprias do sistema tributário nacional, a características socioculturais, ou à conjuntura económica.



**Figura 1** – Curva de Laffer

Efetivamente, às variáveis que tradicionalmente se considera terem maior impacto nos comportamentos dos contribuintes – o peso da carga tributária, aqui compreendidos impostos e contribuições para a segurança social, a probabilidade de deteção e a severidade das penalizações – devem associar-se outros fatores que mediante a sua expressão num determinado espaço tributário, propiciam ou, pelo contrário, desincentivam a evasão fiscal.

---

<sup>11</sup> Cruz, José Neves (2008). “Economia Política: uma Abordagem Dialéctica da Escolha Pública”, 201.

A estes fatores somam-se diversas causas técnicas, conexas com eventuais debilidades da administração fiscal e das quais podem resultar situações ou ambientes propícios à fuga. Desde logo, a intensidade da regulação do mercado, ou o peso do Estado na economia (na medida em que podem, diferentemente, incentivar ou limitar a atividade económica) também se repercutem nos níveis de cumprimento fiscal.

Simultaneamente, a eventual complexidade do sistema tributário, com legislação demasiado ambígua e, porventura, inacessível ao contribuinte, facilita o incumprimento (amiúde apenas negligente), e vem também, por outro lado, dar espaço ao cultivo de uma prática interpretativa que hoje revela ser uma autêntica arte: a contabilidade criativa, ou “engenharia fiscal”. Paralelamente, o progresso tecnológico, sobretudo a nível eletrónico, vem dar novas armas que facilitam transações, aumentam a rapidez dos processos e dificultam a investigação e identificação dos incumpridores.

Mais, a prioridade que os diferentes Estados dirigem ao cumprimento fiscal e ao combate à evasão, aqui relevando naturalmente os níveis de investimento público e político, também explicam diferenças a este nível. Igualmente, o diferente funcionamento dos sistemas judiciais, a sua eficiência e celeridade, estão também por detrás das disparidades que se observam ao nível da eficácia no combate à fraude e evasão fiscais. Sem dúvida, o bom funcionamento da administração pública, a importância que os Estados dão ao cumprimento das leis fiscais e o funcionamento dos tribunais são fatores que influenciam grandemente os diferentes níveis de cumprimento fiscal.

Devem considerar-se, ainda, outros fatores que contribuem para a maior permeabilidade do sistema fiscal face à fuga. A atitude de resistência à tributação deve-se, também, em grande parte, ao crescente descrédito da classe política e à noção da má orientação da despesa pública que, na maioria das democracias atuais, se vem revelando incapaz de combater as crescentes desigualdades sociais. Para tal contribuem igualmente a ausência de equidade nos impostos, mormente na sua vertente horizontal, com rendimentos iguais a serem tributados distintamente, e também a falta de neutralidade de sistemas cuja orientação é notoriamente sensível à pressão de lobbies, salientando-se a profusão de benefícios fiscais, geradora de grandes disparidades entre taxas legais e taxas efetivas.

Igualmente, “a primazia de valores materiais vigente nas modernas sociedades de consumo, originam, por um lado, a ambição do êxito económico a qualquer preço, e



por outro, suscita no senso comum uma certa admiração por quem, mesmo que através de meios ilícitos, obtém esse êxito e essa prosperidade e preponderância económicas.”<sup>12</sup>

Sublinha-se, ainda, que determinados padrões culturais, também não são estranhos a estas questões, sendo notório que as nações latinas manifestam uma maior propensão para a evasão e para a desculpabilização da mesma do que aquilo que se regista nos países anglo-saxónicos.

### **1.2.2. Repercussões da evasão fiscal**

Face ao que ficou acima exposto, é crença pacífica nos dias de hoje que o fenómeno globalizado da evasão fiscal acarreta graves custos para os Estados e para os cidadãos. Na realidade, a fuga aos deveres tributários representa, *ab initio*, uma preocupante diminuição de receita fiscal e implica também, desde logo, uma diminuição da utilidade social. Logo, para compensar as quebras nas receitas fiscais, surgem fortes pressões no sentido do agravamento da carga tributária, que significa não mais que a deslocação da carga fiscal da esfera dos evasores para os cidadãos cumpridores.

A permissividade continuada relativamente à evasão fiscal pode, pois então, conduzir a inúmeras fragilidades que provocam um clima de “desconfiança geral no sistema”, potenciando o surgimento de um ciclo vicioso de indulgência social em relação aos crimes de colarinho branco, quando se torna evidente que a evasão é generalizada, simples e compensa.<sup>13</sup> Deparamo-nos, assim, com uma penosa tendência para a “degradação da cidadania”, se for tido em conta que os impostos são a sua primeira manifestação.<sup>14</sup> Na verdade, esta abstenção de ética social expressa uma atitude de “renúncia implícita”<sup>15</sup> às prestações do Estado, própria de uma “sociedade antropofágica”<sup>16</sup>

Em suma, a realidade acima descrita, que pode resultar – e se observa, de facto, em vários países – de uma continuada atitude displicente face ao fenómeno da evasão tributária, conflui num preocupante ciclo vicioso do qual resultam diferentes fatores que, na verdade, concorrem para o aumento da propensão para comportamentos evasivos por parte dos contribuintes. Com efeito, os custos crescentes da atuação da economia oficial – decorrentes do eventual aumento de impostos e de contribuições para

---

<sup>12</sup> Cardona, Maria Celeste (1984). “Breves reflexões em torno da criminalização da infração fiscal”, 602.

<sup>13</sup> Cardona, Maria Celeste (1984). “Breves reflexões em torno da criminalização da infração fiscal”, 599.

<sup>14</sup> Pereira, Manuel (2005). “Fiscalidade”, 414.

<sup>15</sup> Pombo, Nuno (2007). “A Fraude Fiscal”, 278.

<sup>16</sup> Ferreira, Rogério (2007). “A ética (na gestão)”, 7.

a segurança social –, as perdas de utilidade social, a crescente percepção de impunidade que conduz ao abandono de valores cívicos e morais, entre outros, redundam num pernicioso conjunto de incentivos à evasão fiscal que se infiltra na sociedade e se torna assim cada vez mais difícil de combater.

## **Reflexões**

O fenómeno da evasão fiscal prefigura-se com magnitudes diferentes de país para país.

Em Portugal, verifica-se que para além de refletir dificuldades análogas às de outros países – seja em termos de conjuntura económica e do mercado de trabalho, ou igualmente no que diz respeito aos níveis de carga fiscal e esforço fiscal impostos aos contribuintes – comporta também especificidades próprias que ou motivam e facilitam a evasão ou, inclusivamente, dificultam o cumprimento.

Na verdade, a essas dificuldades conjunturais acumulam-se características que conduzem a uma genérica ineficiência de um sistema fiscal complexo e inadequado do qual resultam elevados custos de cumprimento – tanto a nível da administração tributária como dos sujeitos passivos – e que motiva uma preocupante morosidade processual, potenciada ainda pela criminalização desmesurada do ilícito tributário.

Simultaneamente, a falta de investimento na administração tributária origina fortes carências no respeitante a recursos humanos e tecnológicos, com reflexo particularmente pernicioso a nível da autoridade tributária. Mais ainda, tanto dos aspetos característicos de um país do sul da Europa, como dos elevados níveis de corrupção e de descrédito da classe dirigente associados a uma elevada percepção de impunidade daqueles que não cumprem as suas obrigações, resulta uma perigosa legitimação social do incumprimento fiscal.

Então, observados os principais fatores singulares que permitem, facilitam e potenciam a evasão fiscal em Portugal, é importante analisar o fenómeno do cumprimento fiscal, em particular da *tax morale*.

## **2. Tax Morale**

Os impostos têm séculos de existência, mas, provavelmente, a evasão fiscal é tão antiga quanto eles. Não obstante, o estudo do cumprimento das obrigações fiscais e das consequências da evasão fiscal nunca foi, como agora, um tópico alvo de tanto interesse e investigação no seio da comunidade científica e da sociedade em geral<sup>17</sup>.

Especialmente, a partir de 1980, ocorreram mudanças significativas no mundo, sobretudo transformações económicas que se repercutiram nos sistemas fiscais e na despesa pública dos Estados (Tanzy, 2009). Entre essas mudanças significativas estão um maior nível de integração da economia mundial e o desenvolvimento do comércio internacional, assim como o aumento dos fluxos de capitais.

A teoria económica formal sobre a evasão fiscal é relativamente recente, tendo cerca de quarenta anos de existência. Terá surgido em 1972 com a publicação do artigo “Income tax evasion: A theoretical analysis”, por Allingham e Sandmo. O modelo original (A-S model) foi desenvolvido e completado por Yitzhaki (1974). De acordo com estes autores a evasão fiscal depende da probabilidade de deteção pelas autoridades competentes e das penas aplicadas. Os contribuintes optam, em geral, pelo não cumprimento quando o benefício económico associado for maior dos que as penas aplicadas a este tipo de crime se o infrator for descoberto. De facto, a simples avaliação mental sobre a probabilidade de deteção versus a rigidez legal implica, talvez, um maior nível de inadimplência.

Para justificar o alto nível de cumprimento fiscal observado na generalidade dos países, com base nos modelos económicos tradicionais, seria necessário que existisse um alto nível de aversão ao risco no seio dos contribuintes. Contudo, Alm, McClelland e Schulze (1992) demonstraram que o nível real de aversão ao risco é bastante reduzido face àquele que seria de esperar para justificar o nível de cumprimento existente. Nessa medida, são questionáveis os motivos que determinam os atuais níveis de cumprimento.

Os modelos económicos tradicionais ignoram a motivação intrínseca dos indivíduos, tal como os níveis de perceção de conceitos como a justiça, cooperação entre as finanças e os contribuintes ou a influência que as normas sociais têm no comportamento dos contribuintes (Kirchler, Maciejovsky e Schneider, 2003). Outra teoria que vem ganhando força, defende que se vem implementando na sociedade a

---

<sup>17</sup> A literatura sobre o cumprimento e a evasão fiscal pode ser dividida em quatro categorias (Kim, 2008): (1) investigação teórica sobre as decisões que estão na base das decisões de cumprimento; (2) investigação empírica sobre o cumprimento fiscal; (3) análises aos programas de auditoria; (4) estudos empíricos sobre a magnitude da evasão fiscal.

percepção dos impostos enquanto dever cívico para com a sociedade (Orviska e Hudson, 2003), ou, ainda, a teoria baseada na “tax morale” (Torgler e Schneider, 2007).

Por outro lado, desta feita com base em fatores não-económicos, nas últimas duas décadas, vem-se evidenciando a motivação intrínseca dos indivíduos para pagar impostos como conceito chave para compreender o comportamento dos contribuintes (Frey, 1997). Nem todos os contribuintes revelam a mesma atitude relativamente ao pagamento dos impostos. Há certos contribuintes que, em determinadas circunstâncias, manifestam a intenção de não cumprir, mas outros há que não cogitam esse comportamento em qualquer circunstância.

## **2.1. O cumprimento das obrigações fiscais**

O cumprimento fiscal não pode ser, simplesmente, definido como o ato de pagar impostos. Na verdade, o cumprimento fiscal requiere dos contribuintes um conhecimento específico, um esforço, sendo um ato muito mais complexo do que pagar o montante do imposto indicado.

Observando a realidade, verifica-se que os contribuintes apresentam uma multiplicidade de comportamentos, justificados por inúmeras razões, variando entre um ponto de vista económico e o comportamental e psicológico das motivações inerentes. Alguns contribuintes mostram-se preocupados com a possibilidade de serem apanhados e sancionados, tal como referido nos modelos económicos tradicionais (Allingham e Sandmo, 1972; Yitzhaki, 1974). Outros (especialmente empresários) revelam mais preocupação relativamente ao comportamento dos seus semelhantes e concorrentes. Contudo, há contribuintes que consideram que têm o dever cívico de pagar impostos, pois usufruem dos serviços públicos e, de contrário, afetariam a eficiência do Estado. Lopes (2006) resume as razões de não-cumprimento em dois tipos: (1) oportunidades e recompensas associadas à evasão; (2) razões pessoais, tais como desonestidade, predisposição para o jogo ou atitudes quanto ao sistema fiscal e ao próprio Estado. As primeiras razões são apontadas no “A-S model”. O segundo leque de razões baseia-se no modelo não económico, que inclui variáveis comportamentais e sociais. Acresce dizer que as motivações dos contribuintes variam entre países e culturas (Alm e Torgler, 2006).

A literatura, no momento, não consegue dar uma explicação satisfatória a este fenómeno com base nas variáveis económicas tradicionais, como a probabilidade de deteção e as sanções aplicadas. Já que, mesmo quando existem circunstâncias

favoráveis ao não cumprimento, há uma grande taxa de contribuintes que cumpre. Por esse motivo, nos últimos anos, a literatura tem recebido contributos de diferentes disciplinas, tais como contabilidade, direito, sociologia e psicologia. Passou-se, assim, de uma perspectiva quase exclusivamente económica para uma multidisciplinar. Com efeito, há vantagens na análise deste fenómeno com base em modelos mistos, que envolvem variáveis económicas, demográficas e comportamentais (Richardson, 2006). Este autor afirma que as determinantes não-económicas são as que mais influenciam a evasão fiscal. Variáveis como a idade, o género, a escolaridade, a fonte de rendimento, as perceções sobre a justiça do sistema fiscal, a complexidade do sistema fiscal, a relação entre as autoridades e os contribuintes, as normas sociais e a *tax morale* influenciam significativamente o comportamento dos contribuintes. Considerando o exposto, estudos recentes revelaram que a moralidade fiscal pode ter um papel fundamental na clarificação deste tema (Torgler, 2003; Molero e Pujol, 2005; Güth, Levati e Rupert, 2005). As conclusões destes estudos apontam que a “motivação interna” dos contribuintes é uma das razões mais importantes para assegurar um comportamento cumpridor.

Por exemplo, Alm, Sanchez e De Juan (1995) efetuaram uma investigação sobre o cumprimento das obrigações fiscais comparando os resultados de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos da América e em Espanha. Apesar destes países terem culturas diferentes, os seus sistemas fiscais são similares, sobretudo no que se refere aos impostos sobre o rendimento. Os resultados indicaram que os norte americanos revelaram, consistentemente, um maior nível de cumprimento em comparação com os espanhóis. Estes autores explicaram este fenómeno com base na existência de um maior nível de cumprimento das normas sociais relacionadas com o cumprimento.

A evasão e o cumprimento fiscal são temas politicamente relevantes por duas razões principais: as consequências negativas que esses comportamentos têm na receita pública e atentas as consequências que estes comportamentos têm em termos de equidade social (Kim, 2008). Pensamos que uma melhor compreensão das motivações dos contribuintes permitirá definir melhores estratégias de combate à evasão fiscal.

A cobrança de impostos baseia-se na relação entre os contribuintes e o Estado. Contudo, esta relação é pautada por um contrato implícito (Torgler, 2002). As ações positivas do Estado refletem-se num incremento de atitudes positivas e de compromisso com o sistema fiscal para os contribuintes (Smith, 1992, Smith e Stalans, 1991). Os contribuintes mostram mais predisposição para o cumprimento se considerarem que a

relação entre aquilo que ‘pagam ao Estado e o que recebem desse’ é justo. Muitos países (por exemplo a Austrália e o Reino Unido) investem na simplificação na melhoria da relação entre o Estado e os contribuintes, embora não com o mesmo sucesso. Um exemplo é o “Compliance Model” do “Australian Taxation Office”. A melhoria da relação entre Estado e contribuintes requiere que se compreenda o comportamento dos cidadãos, assim como as “representações sociais da tributação (Moscovici, 2001).

A percepção, pelos contribuintes, de diminuição da equidade implica o aumento da evasão fiscal. Os contribuintes que se sentem injustiçados pelo sistema fiscal têm mais inclinação para a evasão fiscal (Spicer e Becker, 1980). Também Fortin, Lacroix e Villeval (2007), suportam a ideia de que quando há a percepção que a carga fiscal não é justa (particularmente em termos de equidade horizontal) há um aumento da evasão fiscal. A equidade tem duas dimensões: uma relativa à justiça da relação fiscal – os benefícios recebidos em resposta aos impostos pagos - e outra dimensão que envolve a justiça da carga fiscal de uns contribuintes em comparação com a de outros. Um baixo nível de equidade no sistema fiscal poderá refletir a percepção de que os contribuintes têm uma carga fiscal superior aos benefícios que lhe são concedidos pelo Estado ou em comparação ao valor pago com outros cidadãos. Também se poderá ter em consideração que os contribuintes com rendimentos difíceis de camuflar tais como, rendimentos de salários, são discriminados em comparação com trabalhadores por conta própria, por exemplo (Lopes, 2006). Estas diferenças de níveis e fontes de rendimento conduzem inevitavelmente a um problema de equidade entre vários grupos de cidadãos: cidadãos que não podem ter ou não têm comportamentos evasivos e aqueles que os têm.

Para reduzir o problema da evasão fiscal, os modelos económicos tradicionais, recomendam que as sanções económicas a este tipo de crime sejam mais severas, especialmente quando comparadas com os benefícios destas práticas, ou, recomendam a implementação de políticas de prevenção. A ideia subjacente é que aumentando os custos esperados relativamente a um comportamento evasivo, os contribuintes se sintam menos incentivados a não cumprir as suas obrigações fiscais. Contudo, na realidade o comportamento dos contribuintes não obedece a qualquer forma matemática de custo/benefício, tal como preceituado no “A-S model”. Muitos países têm níveis de combate a este fenómeno e sanções aplicadas tão baixas que numa perspectiva racional os cidadãos seriam levados a não cumprir, já que é tão pouco provável que sejam detetados (Torgler, 2006). Com efeito, cumprir as obrigações fiscais é um fenómeno que os políticos têm dificuldades em compreender especialmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Jackson e Milliron (1986) desenvolveram, provavelmente, a revisão de literatura mais sistemática sobre este tema, tendo identificado catorze determinantes da evasão fiscal agrupadas em três categorias: (1) determinantes demográficas (2) determinantes económicas (3) determinantes comportamentais.

As determinantes demográficas incluem: idade, género, escolaridade e profissão. As determinantes económicas incluem: fonte de rendimento, categoria tributária na qual se inserem, sanções e probabilidade de deteção. As determinantes comportamentais incluem: justiça, complexidade, contactos com as autoridades fiscais, normas sociais ou a moralidade fiscal.

Estudos recentes (Torgler, 2003; Molero e Pujol, 2005) revelaram que, entre as variáveis não económicas, a moralidade fiscal tem um papel importante na explicação das taxas de cumprimento. Muitos investigadores defendem que esta característica ajuda a explicar o alto nível de cumprimento fiscal e tem um forte impacto na economia não registada e na evasão fiscal (Torgler e Schneider, 2007) .

A investigação sobre a *tax morale* iniciou-se no decurso dos anos 60, mas já em 1890, Georg Von Schanz ressaltou a importância de considerar os contribuintes como parte no contrato fiscal entre o estado e os cidadãos. Sessenta anos mais tarde a escola alemã “Cologne School of Tax Psychology” desenvolveu um estudo na tentativa de medir a moralidade fiscal entre os contribuintes (Schmölders, 1960; Strümpel, 1969) por forma a estabelecer uma ponte entre a psicologia económica e a social. Estes autores afirmaram que o cumprimento fiscal não deve ser analisado apenas de um ponto de vista económico tradicional. Ademais concluíram que há uma relação entre a moralidade fiscal e a economia não registada. Torgler e Schneider (2005) concluíram que na Áustria entre 1990 e 1999, a moralidade fiscal diminuiu e, simultaneamente, houve um incremento da economia não registada.

## **2.2. O conceito de moralidade fiscal e as suas principais determinantes**

Os contribuintes apresentam comportamentos diferentes perante as suas obrigações fiscais. Torgler (2003) apresenta uma tipologia de contribuintes de acordo com o seu comportamento face à tributação. De acordo com esta tipologia, Torgler (2003) classifica os contribuintes em quatro categorias: contribuintes sociais, contribuintes intrínsecos, contribuintes honestos e contribuintes incumpridores.

Contribuintes sociais são fortemente influenciados pelas normas sociais. Estes tendem a culpar-se quando subdeclaram o seu rendimento e não são detetados e sentem envergonhados quando subdeclaram o rendimento e são detetados. Estes indivíduos são muito sensíveis ao que os outros pensam dele especialmente os que lhe são próximos. Sempre que estes contribuintes se apercebem que os outros pagam os seus impostos, tendem a adotar uma atitude semelhante, por outro lado, se mantêm uma atitude indiferente ao comportamento de outros contribuintes, a sua boa vontade para cumprir reduz.

Contribuintes intrínsecos incluem todos aqueles que têm um sentido de obrigação que os motiva a ter um determinado comportamento, independentemente, de lhe ser solicitado. Nesta categoria, os contribuintes são sensíveis a fatores institucionais tais como a política governamental e as instituições. Assim uma atuação positiva do estado reflete-se nas atitudes em parte dos contribuintes e no seu compromisso com o sistema fiscal. Estes contribuintes não são influenciados pelo comportamento dos outros, mas sim pelas condições institucionais.

Contribuintes honestos não desenvolvem qualquer esforço para encontrar formas de evitar o pagamento dos impostos. O seu comportamento não responde a nenhuma alteração da política fiscal, taxas e penas ou probabilidade de deteção. Estes cidadãos têm sempre um comportamento exímio, independentemente das circunstâncias.

Contribuintes não cumpridores fazem as suas opções baseadas na teoria económica de escola racional. Eles comparam os custos benefícios de cumprir e não cumprir. Geralmente, estes contribuintes tem um baixo nível de moralidade fiscal.

Estudos sobre a *tax compliance* avançaram para uma análise multidisciplinar, como já se disse, razão pela qual é essencial definirmos o conceito de *tax morale*.

*Tax morale* é uma boa vontade intrínseca para pagar impostos (Strümpel, 1969; Schmolders, 1970; Frey, 2003), um dever cívico (Orviska e Hudson, 2003), que podem ser cruciais para explicar o nível de aceitação da carga fiscal num país (Martiniz – Vasquez e Torgler, 2009).

Torgler e Murphy (2004) estabeleceram uma ligação entre o conceito de *tax morale* e o de *taxpayers ethics* definido por Song e Yarbrough (1978, 443) como “the norms of behavior governing citizens as taxpayers in their relationship with the government”.

Wenzel (2005) definiu a moralidade fiscal como uma crença pessoal, uma exigência moral de honestidade relativamente ao cumprimento das obrigações fiscais.



Alm e Torgler (2006) definiram o conceito enquanto um conjunto de princípios morais ou valores que os indivíduos têm quanto ao pagamento de impostos.

Torgler e Murphy (2004) adotaram esta última definição e identificaram três fatores chave na compreensão da *tax morale*: (1) os sentimentos e as regras morais (2) a equidade (3) a relação entre os contribuintes e o governo.

Pinto (2008) salientou a vontade dos contribuintes como determinante da evasão fiscal, desde que o contribuinte escolha ou não cumprir as suas obrigações.

Em suma, a definição de *tax morale* não é inequívoca, variando de país para país e ao longo do tempo.

Sobretudo nas últimas décadas, foram apontados vários fatores que se relacionam com a moralidade fiscal. Uma revisão da literatura conduziu-nos a um conjunto de fatores que agrupamos em cinco categorias: fatores demográficos ou pessoais, fatores económicos, fatores comportamentais e sociológicos, fatores psicológicos e fatores políticos.

### **2.3. Fatores demográficos e pessoais**

Do supra exposto, conclui-se que cada pessoa tem uma predisposição diferente para cumprir as suas obrigações fiscais, ou seja, cada pessoa tem um nível de moralidade fiscal próprio.

Características demográficas e pessoais influenciam a motivação intrínseca dos contribuintes para cumprir.

Os contribuintes com idades compreendidas entre os 30 e 64 anos têm um nível de moralidade fiscal superior aos contribuintes mais jovens (Torgler, 2003; Alm e Torgler, 2006). Esta faixa etária reflete uma predisposição mais baixa para correr riscos à medida que a idade avança, sendo um resultado necessário da acumulação de capital social<sup>18</sup> ao longo da vida (Title, 1980). Assim, verifica-se uma influência positiva entre a idade dos contribuintes e o seu nível de moralidade fiscal (Pommerehne e Weck-

---

<sup>18</sup> O conceito de “capital social” no campo da sociologia pode ser entendido como uma mais valia nas redes sociais, agregando pessoas semelhantes e criando pontes entre pessoas diferentes através de normas de reciprocidade (Dekker e Uslan, 2001). Alm e Gomez (2008) dividem o “capital social” em cinco dimensões: (1) grupos e redes sociais (2) confiança e solidariedade (3) ações coletivas e cooperação, (4) coesão social e inclusão, (5) informação e comunicação. A primeira destas dimensões refere-se a um conjunto de pessoas que promovem e protegem as relações humanas e contribui para uma melhoria do bem estar. O segundo refere-se a comportamentos interpessoais que gerem coesão. O terceiro refere-se à capacidade das pessoas para trabalhar em conjunto. O quarto promove um acesso equitativo a todos e encoraja a participação dos marginalizados. A quinta dimensão produz capital social positivo, melhorando o acesso à informação.

Hannemann, 1996). Ademais, estudos empíricos mostram que as mulheres têm, em regra, um nível mais elevado de moralidade fiscal em comparação com os homens (Torgler, 2003; Martinez-Vazquez e Torgler, 2009).

Torgler e Schneider (2007) referem outro fator demográfico com influência na moralidade fiscal - o nível de escolaridade dos contribuintes. Na maioria dos estudos, o nível de educação é medido pelas habilitações académicas dos indivíduos. Os contribuintes com mais habilitações revelam uma melhor compreensão do sistema fiscal e, nessa medida, um maior grau de moralidade fiscal. Não obstante, estas pessoas revelam, também, uma atitude mais crítica em relação às políticas governamentais, especialmente no que se refere ao incremento da receita fiscal. De outro ponto de vista, é possível que estas pessoas tenham uma perceção mais apurada das oportunidades para a evasão e fraude fiscal. Em suma, o efeito do nível de habilitações dos contribuintes no seu nível de moralidade fiscal não é conclusivo (Torgler e Schneider, 2007).

A literatura aponta, também, a influência do estado civil no nível de moralidade fiscal dos contribuintes, embora a este propósito não haja uma conclusão inequívoca. Os indivíduos casados estarão associados a uma maior propensão para cumprir as suas obrigações fiscais ou para omitir os seus comportamentos, dependendo da ligação destes às redes sociais (Title, 1980).

Em relação à situação profissional, há uma tendência para os trabalhadores por conta própria e para os desempregados apresentarem níveis de moralidade fiscal mais baixos (Torgler, 2003).

A este propósito, Schmolders (1960) concluiu que os trabalhadores por conta própria têm níveis de *tax morale* menores em comparação com os trabalhadores dependentes, tendo, por conseguinte uma maior tendência para a evasão fiscal.

## **2.4. Fatores Económicos**

Segundo Torgler (2005) a moralidade fiscal poderá, também, ser influenciada pelo nível de rendimentos dos sujeitos passivos e pela respetiva carga fiscal imposta.

Nos países com tributação progressiva, como é o caso de Portugal, os contribuintes com maiores rendimentos obtêm mais vantagens se subdeclararem os seus ganhos.

## **2.5. Fatores sociológicos e comportamentais**

A sociologia fiscal pretende explicar os processos subjacentes à realidade fiscal, em particular num contexto histórico ou político. Soares (2004, p.24) afirma que “a tributação do ponto de vista sociológico não é um assunto puramente técnico, mas encaixa-se no tema da cidadania e mais especificamente num contexto de tributação. Uma vez que as técnicas legais, políticas e económicas, em cada período histórico, são postas ao serviço das ideias sociopolíticas dominantes.”. Estudos empíricos recentes baseados na “tax compliance”, baseados numa análise multidisciplinar, apontam uma forte ligação entre as variáveis comportamentais e os níveis de moralidade fiscal de um indivíduo.

Em cada sociedade há constrangimentos morais que, embora não estejam formalmente previstos, influenciam o comportamento dos cidadãos. Muitas destas normas são fortemente influenciados por motivos religiosos (Torgler, 2006) . A religião tem vindo a ser analisada pela literatura com recurso a vários indicadores tais como a frequência com que os indivíduos vão à igreja, a sua educação religiosa, se fazem parte das atividades da igreja ou de alguma organização religiosa, religiosidade percebida, orientação religiosa e confiança na igreja (Torgler, 2006) . A igreja enquanto instituição incute constrangimentos morais na comunidade, influenciando o comportamento das pessoas. Na verdade, a religião pode ser entendida como um compromisso moral para agir duma certa forma, implicando um certo nível de obrigação para agir de acordo com as regras aceites que são fiscalizadas como “supernatural police” (Anderson e Tollison, 1992). A religião tem a capacidade de simplificar as ações de cada um, impondo restrições à adoção de certos comportamentos (Tittle 1980; Grasmick e Scott, 1991; Torgler, 2006).

Os indivíduos não praticam atos isolados. Eles têm a percepção do comportamento dos outros. Se um indivíduo se apercebe que os outros adotam práticas evasivas, menor será o seu nível de moralidade fiscal (Molero e Pujol, 2005). Também Frey e Torgler (2007) corroboram a ideia de que o comportamento dos contribuintes depende do comportamento social dos outros cidadãos, ou seja, os contribuintes estão dispostos a pagar os seus impostos sob condição. Se existe a percepção de que os outros contribuintes cumprem as suas obrigações, então, maior será a propensão para o cumprimento. Assim podemos concluir que o contexto social e a estrutura institucional influencia o nível de moralidade fiscal de cada contribuinte.

## 2.6. Fatores psicológicos

Soares (2004) defende que o objeto da psicologia fiscal está diretamente relacionada com o conjunto de ideias, sentimentos e percepções dos cidadãos enquanto contribuintes. A obrigação de cumprir a lei pauta a atitude dos contribuintes. Nesta perspectiva, a psicologia fiscal tem como objeto a atitude dos contribuintes perante os impostos. Este autor afirma que a sociologia e psicologia fiscal são duas disciplinas complementares que procuram explicar a conduta quer dos contribuintes, quer dos políticos.

O nível de satisfação dos contribuintes com o governo pode ajudar a manter ou, mesmo, aumentar o seu nível de moralidade fiscal (Torgler, 2003). Martinez-Vazquez e Torgler (2009) concluíram que a confiança nas instituições públicas, a religiosidade e o orgulho nacional são, também eles, fatores com efeito positivo na moralidade fiscal.

Também o Torgler e Schneider (2005) concluíram que a confiança no Estado, a identificação com o país e a percepção de altos níveis de cumprimento são fatores que influenciam positivamente a moralidade fiscal dos contribuintes. Uma investigação conduzida por Alm, Martinez-Vazquez e Torgler (2006) demonstrou que, na Rússia o nível de moralidade fiscal diminui nos anos de transição para a economia de mercado devido à percepção do aumento da corrupção que afetou a confiança das pessoas no parlamento.

A percepção de que a tributação é justa funciona como incentivo para os contribuintes cumprirem as suas obrigações fiscais. Esta relação pode indicar que a confiança é um valor importante que incentiva o compromisso dos contribuintes para obedecer. Contudo, a confiança só pode ser criada e mantida com um comprometimento dos governos em agir de acordo com as necessidades e desejos das pessoas. (Hardin, 1998).

A felicidade foi, igualmente, analisada em vários países por Torgler (2005). No inquérito utilizado no presente estudo, procedemos à sua análise através da colocação de uma questão fechada, em que solicitamos que os inquiridos indicassem o seu nível de felicidade.<sup>19</sup> Aquele autor concluiu que, na América Latina, a felicidade tem um efeito significativo na *tax morale*. Nos países asiáticos, a felicidade e a satisfação individual têm um forte impacto na moralidade fiscal dos contribuintes (Torgler, 2004).

O orgulho no país poderá, analogamente, ser um bom indicador para avaliar o nível de identificação do contribuinte com o Estado, o que influencia os

---

<sup>19</sup> Vide questão n.º 8, do questionário – Anexo I.

comportamentos individuais num grupo, numa organização ou na sociedade. (Tyler, 2000). Este sentimento contribui para encorajar um comportamento cooperativo. Assim, quanto maior for o orgulho dos indivíduos em pertencer a um país, maior será a sua moralidade fiscal (Torgler, 2003).

## **2.7. Fatores Políticos**

O sistema fiscal de um país é criado e desenvolvido pelo poder político. Um sistema democrático permite aos cidadãos expressar as suas preferências em relação à atuação dos políticos (Torgler, 2005). Portanto, entende-se que uma forte atitude democrática tem reflexos nos índices de moralidade fiscal. Alm e Torgler (2006) afirmaram que é a forte participação política que justifica os níveis de “tax morale” nos Estados Unidos da América e na Suíça em comparação com outros países europeus.

À relação entre os contribuintes e as autoridades tributárias está subjacente um contrato psicológico que envolve, não só, fortes laços emocionais, mas, também, lealdade (Feld e Frey, 2002; Torgler, 2003). Por conseguinte, quanto mais desenvolvidos estiverem os direitos de participação política, maior é a importância deste contrato e maior é o nível de moralidade fiscal. A existência e manutenção deste acordo depende do comportamento dos dois intervenientes. Neste contexto, as autoridades fiscais devem agir com respeito e cuidado, no sentido de prevenir que os contribuintes honestos se sintam explorados neste processo (Feld e Frey, 2002). Com efeito, quanto mais os contribuintes participam no processo de tomada de decisões políticas, exercem o seu direito de voto e o “contrato fiscal” se baseia em confiança, maior é o nível de moralidade fiscal.

Atento o exposto, uma ação positiva do Estado tem reflexos claros na atitude positiva dos contribuintes e no seu compromisso com o sistema fiscal, e, bem assim, no cumprimento das obrigações fiscais (Smith, 1992; Smith e Stalans, 1991). Se o Governo agir de forma íntegra, os contribuintes demonstraram maior boa vontade para cumprir. A reciprocidade poderá ser um indutor importante do cumprimento.

A este respeito, Feld e Frey (2002) desenvolveram um estudo na Suíça que almejou aferir em que medida a relação entre as autoridades fiscais e os contribuintes influencia o nível de cumprimento e de moralidade fiscal. Os resultados indicaram que nos grupos com maior participação política a percentagem era, também, maior. As autoridades revelaram mais respeito e menos desconfiança em relação aos contribuintes

com rendimentos mais baixos. Mas, nestes grupos, também se observou que os não cumpridores são tratados de forma mais firme.

Feld e Frey (2002) defendem a hipótese de que a moralidade fiscal se sustenta, ou até mesmo aumenta quando as autoridades competentes demonstram respeito pelo contribuinte e, por outro lado, diminui sempre que as autoridades fiscais consideram que os contribuintes são obrigados a cumprir. Estudos empíricos demonstraram que a centralização do poder gera menores níveis de “tax morale” (Güth e outros, 2005).

## **Conclusão**

Nas últimas décadas ocorreram grandes mudanças a nível económico no panorama mundial. Essas mudanças trouxeram desafios para os sistemas fiscais, especialmente para os países mais desenvolvidos que, cada vez mais, têm dificuldades para alcançar os objetivos das suas políticas fiscais.

Para o sistema fiscal português e os princípios constitucionais em que se baseia, não é moralmente indiferente para os cidadãos receberem benefícios estaduais sem que participem no seu financiamento. Para além do impacto negativo sobre as receitas fiscais, tal acarreta graves consequências na equidade social. A evasão fiscal envolve uma violação direta dos princípios da igualdade, legalidade e da justiça material, chamando à colação a razão de ser dos impostos, a confiança no sistema fiscal e a competitividade da economia.

A evasão fiscal contorna a actividade dos agentes económicos, afetando negativamente a qualidade dos serviços públicos e pode gerar consequências como o aumento dos impostos, o que gera o aumento da carga fiscal para os contribuintes cumpridores.

Nestas circunstâncias é inevitável que aumentem as preocupações políticas relativamente às receitas públicas e à aplicação do princípio da equidade. Daí ser crucial compreender as motivações dos contribuintes relativamente ao pagamento dos impostos. Os estudos sobre o cumprimento fiscal baseados, exclusivamente, em teorias económicas são comprovadamente insuficientes para explicar o comportamento dos contribuintes.

Assim, a introdução de variáveis não económicas nos modelos de cumprimento fiscal ofereceram um grande contributo para a compreensão do tema. De facto, na última década, vários estudos concluíram que as variáveis sociais e psicológicas são determinantes na explicação deste fenómeno.

A pesquisa sobre a moralidade fiscal concluiu que a motivação intrínseca para pagar impostos não é algo comum a todos os cidadãos, mas algo influenciado por vários fatores, desde económicos, a psicológicos, sociológicos e políticos. Podemos, desta forma, concluir que a moralidade fiscal dos cidadãos de um determinado país é um princípio que deve ser preservado e encorajado, de forma a aumentar o nível de cumprimento fiscal.

Quanto a Portugal, tendo em conta a dificuldade em aumentar a carga fiscal mormente a conjuntura económico-financeira atual, a análise de fatores que espelham a moralidade fiscal dos portugueses é um trabalho importante em termos de definição de política fiscal.

## PARTE II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo abordaremos e justificaremos as opções metodológicas efetuadas no desenvolvimento do estudo, designadamente a escolha de uma metodologia quantitativa, a opção por uma amostra por conveniência, o recurso ao inquérito por questionário, escolha e adaptação das escalas de medida que estão na base da sua elaboração, e os procedimentos adotados nas fases da distribuição, recolha, revisão e triagem dos inquéritos.

### 1. Objetivos e hipóteses

Considerando o enquadramento teórico supra, alguns estudos correlacionam a moralidade fiscal com os níveis de evasão fiscal (Andreoni, Erard & Feinstein, 1998; Brandstätter, 1994; Franzoni, 2000; Hasseldine & Bebbington, 1991, Hasseldine & Li, 1999; Jackson & Milliron, 1986; James & Alley, 2002; Lewis, 1982, Milliron & Toy, 1988; Richardson & Sawyer, 2001; Slemrod, Blumenthal & Christian, 2001; Torgler, 2002; Weigel, Hessing & Elferr, 1987).

Neste quadro, tendo em conta o propósito último desta investigação empírica – relação entre a *tax morale* e a evasão fiscal –, procuramos, partindo de estudos referidos anteriormente, contribuir para o desenvolvimento de saberes no âmbito dos fatores relacionados com a moralidade e a evasão fiscal. Nesta lógica, na presente secção, procederemos à delimitação do objeto de estudo do trabalho, através da definição e caracterização das variáveis em estudo, da definição dos objetivos e da formulação das hipóteses de trabalho. Importa sublinhar que algumas hipóteses de trabalho formuladas resultam de estudos, anteriormente referidos, e visam a sua testabilidade para uma amostra em Portugal.

Atento o exposto, esta investigação foi levada a cabo com vista a cumprir com o seguinte objetivo<sup>20</sup> geral – caracterizar a relação entre a evasão e a moralidade fiscal –, a partir do qual construímos o seguinte objetivo específico: identificar se a moralidade fiscal dos indivíduos está relacionada com os seus registos em termos de fatores demográficos e pessoais, fatores económicos, comportamentais e sociológicos, fatores psicológicos e fatores políticos, e em que extensão.

---

<sup>20</sup> A este propósito, os objetivos visam “compreender mais profundamente e interpretar mais acertadamente os fenómenos da vida coletiva com que se confrontam” os investigadores “ou que, por qualquer razão, os interpelam” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 16).



Considerando os objetivos, formulámos as hipóteses<sup>21</sup> de trabalho. Partindo do primeiro objetivo, em sede dos fatores demográficos e pessoais, colocámos a seguinte hipótese geral, a saber: a taxa de moralidade está relacionada com algumas variáveis sociodemográficas, da qual surgiram as seguintes hipóteses operacionais: (i) a idade está positivamente relacionada com o nível de moralidade fiscal, (ii) o grau de escolaridade está positivamente relacionado com o nível de moralidade fiscal, (iii) os indivíduos da classe casados apresentam um nível de moralidade fiscal estatística e significativamente diferente dos indivíduos com a classe solteiros da mesma variável categórica, (iv) os indivíduos da classe trabalhadores remunerados apresentam um nível de moralidade fiscal estatística e significativamente diferente dos indivíduos com a classe trabalhadores não remunerados da mesma variável categórica, (v) os indivíduos da classe feminina apresentam um nível de moralidade fiscal estatística e significativamente diferente dos indivíduos da classe masculina da mesma variável categórica.

No âmbito dos fatores económicos colocámos a seguinte hipótese operacional: (i) a moralidade fiscal está positivamente relacionada com o nível de rendimentos.

Quanto aos fatores sociológicos e comportamentais colocámos a seguinte hipótese operacional: (i) o nível de moralidade fiscal está positivamente relacionado com a adesão à religião.

No que respeita aos fatores psicológicos, colocámos as seguintes hipóteses operacionais: (i) o nível de moralidade fiscal está positivamente relacionado com a confiança no sistema judicial/tribunais, (ii) o nível de moralidade fiscal está positivamente relacionado com a confiança no governo, (iii) o nível de moralidade fiscal está positivamente relacionado com a felicidade dos indivíduos.

Quanto à relação entre a moralidade fiscal e a evasão fiscal, colocámos a seguinte hipótese geral: o nível de moralidade fiscal está negativamente relacionado com o recurso a atos evasivos, a partir do qual construímos as seguintes hipóteses operacionais: (i) o nível de moralidade fiscal está negativamente relacionado com o exagero de despesa declarada; (ii) o nível de moralidade fiscal está negativamente relacionado com a subdeclaração de rendimentos.

Definidos os objetivos e as respetivas hipóteses gerais e hipóteses operacionais, trataremos, na próxima secção, o método adotado, discriminando, detalhadamente, sobre as etapas realizadas.

---

<sup>21</sup> A este respeito, as hipóteses, proposições afirmativas e específicas sob a forma de relações entre duas ou mais variáveis, resultam de teorias gerais (Ghiglione & Matalon, 1997; Hagan, 2006) e fornecem à investigação um fio condutor, a qual visa o teste das mesmas (Quivy & Campenhoudt, 2008).

## **2. Metodologia**

Nesta secção abordaremos e justificaremos as opções metodológicas efetuadas no desenvolvimento do nosso estudo, designadamente a escolha de uma metodologia quantitativa, a opção por uma amostra por conveniência e o recurso ao inquérito por questionário.

### **2.1. Desenho da investigação**

Esta investigação tem como base uma perspetiva quantitativa, de natureza exploratória e transversal.

A investigação em ciências sociais, ramo no qual se enquadra a Criminologia, posiciona-se face a dois tipos de abordagens, a quantitativa e a qualitativa, que se enquadram em contextos paradigmáticos distintos, positivista e compreensivo/interpretativo, respetivamente (Hagan, 2006). Assim sendo, por um lado, em Criminologia, o estudo quantitativo visa a medição/mensuração da realidade criminal, pelo que os conceitos assumem valores numéricos, com ou sem significado quantitativo (Hagan, 2006), privilegiando-se, deste modo, o recurso a análises extensiva e estatística (Lima, 1995); por outro lado, o estudo qualitativo reside na compreensão e interpretação da realidade criminal, pelo que aos conceitos são atribuídos significados e sentidos, privilegiando-se, desta forma, análises intensivas que não impliquem quantificação nem medida (Lima, 1995).

Neste quadro, independentemente das singularidades que caracterizam os estudos quantitativo e qualitativo, ambos são imprescindíveis na investigação social, tornando-se, de facto, complementares (Pardal e Correia, 1995), particularmente num campo emergente e interdisciplinar de que é exemplo a Criminologia (Hagan, 2006). Neste sentido, a opção por uma abordagem em detrimento de outra faz-se tendo por base o rigor, a precisão, a fidedignidade e a natureza da informação pretendida, com vista a responder o melhor possível às exigências do problema em estudo (Lima, 1995; Pardal e Correia, 1995; Quivy & Campenhoudt, 2008).

Considerando o exposto e tendo em conta os objetivos e as hipóteses da presente investigação, optámos pela metodologia quantitativa por ser a que melhor responde ao fim do estudo – analisar potenciais relações entre variáveis e possíveis diferenças entre grupos – e, naturalmente, às hipóteses formuladas, na medida em que estas são

analisadas (corroboradas ou refutadas) através de técnicas estatísticas (Hill & Hill, 2012).

No que se refere à natureza transversal do estudo, esta reside no facto de ocorrer num determinado momento temporal, no qual são recolhidos todos os dados necessários à investigação (Hagan, 2006).

## **2.2. Amostra**

A amostra da presente investigação é do tipo não-probabilística por conveniência, equilibrada por género, referente a uma população de indivíduos com idade superior a 18 anos, residentes na área do Grande Porto.

A caracterização da amostra inicia-se pela identificação do “caso” de investigação – entidade que nos fornece os dados –, o qual compreende uma multiplicidade de opções (Hill e Hill, 2012). Neste sentido, tendo em conta o objetivo da pesquisa – estudo da relação entre a evasão fiscal e a *tax morale* –, o “caso” de investigação é constituído por pessoas singulares. Os sujeitos a inquirir são, portanto, indivíduos adultos com uma situação contributiva ativa, assegurando, deste modo, que o assunto tenha particular relevância para os mesmos, de acordo com as sugestões de Brinkmann (2005) e Brinkmann e Lentz (2006).

A opção por uma amostra por conveniência – os elementos da amostra são selecionados pela sua conveniência ou acidentalmente, sem garantia de que a amostra seja razoavelmente representativa da população (Hill & Hill, 2012; Marôco, 2010) – prende-se com o facto desta investigação, por um lado, não ter por objetivo a extrapolação para a população dos resultados e conclusões obtidos a partir da amostra (Hill & Hill, 2012), mas pretender, apenas, estabelecer potenciais relações entre variáveis e possíveis diferenças entre grupos; por outro lado, possuir um carácter exploratório, permitindo, deste modo, testar versões prévias do questionário (Hill & Hill, 2012; Pardal & Correia, 1995) e, ainda, fornecer, eventualmente, interessantes linhas orientadoras a respeito do fenómeno em estudo (Pardal & Correia, 1995).

Acresce que é um tipo de amostragem rápida, barata e fácil (Hill & Hill, 2012; Marôco, 2010), características que se coadunam com uma investigação em sede de mestrado.

Não obstante, importa referir que este tipo de amostra também acarreta desvantagens, pois não constitui uma base sólida de representatividade da população (Hill & Hill, 2012; Marôco, 2010; Pardal & Correia, 1995), isto é, os resultados e as

conclusões não podem ser extrapolados com confiança para a população, aplicando-se apenas à amostra. Contudo, como referimos anteriormente, este não é objetivo do presente trabalho.

No que respeita à dimensão da amostra, atendendo às orientações de Hill e Hill (2012), efetuámos uma estimativa do tamanho da amostra através da técnica “Regras do Polegar”, a qual indica a dimensão mínima da amostra e não o tamanho desejável. Neste quadro, considerando as hipóteses em estudo, a Análise Fatorial é a técnica estatística crítica que requer uma amostra maior. Aplicando as “Regras do Polegar” na Análise Fatorial, para  $K$  (variáveis)  $< 15$ ,  $n$  (tamanho mínimo da amostra)  $= 10 * K$ , o que representa no nosso estudo o valor crítico de  $n=120$  indivíduos; para  $K$  (variáveis)  $> 15$ ,  $n$  (tamanho mínimo da amostra)  $= 5 * K$ , o que corresponde, no presente trabalho, ao valor crítico de  $n=100$  indivíduos. Face ao exposto, o tamanho mínimo da amostra é de 120 indivíduos. Por fim, importa referir que a caracterização da amostra será efetuada mais à frente.

### **2.3. Instrumento de recolha de dados**

No presente estudo, utilizámos como instrumento de recolha de dados o inquérito por questionário.

#### **2.3.1. Inquérito por questionário**

O inquérito é um dos instrumentos de recolha de dados mais amplamente utilizado em ciências sociais (Ghiglione & Matalon, 1997). Nas palavras dos autores, “Um inquérito consiste, portanto, em suscitar um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los ...” (p. 2). Mais, “O inquérito pode ser definido como uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar.” (p. 7), onde “... o investigador intervém colocando questões, mas sem intenção explícita de modificar a situação na qual atua enquanto inquiridor.” (p. 8). Mais ainda, o inquérito é um instrumento que se operacionaliza recorrendo a diferentes técnicas, as quais se podem dividir em dois grupos, a entrevista – engloba técnicas menos diretivas, dando maior liberdade ao inquirido – e o questionário – compreende técnicas em que as questões são formuladas previamente, portanto, estruturadas e rígidas –, sendo que ambos se podem complementar numa investigação (Ghiglione & Matalon, 1997; Lima, 1995).

Por outro lado, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), o método de recolha e o método de análise de dados são, em geral, complementares e devem ser escolhidos em conjunto e em função dos objetivos e das hipóteses de trabalho. De acordo com os autores, o inquérito por questionário é acompanhado por métodos de análise quantitativa e consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas a um determinado assunto do interesse do investigador, visando a estimação de grandezas, a verificação de hipóteses e a análise das correlações entre variáveis que essas sugerem. Nesta linha de orientação, estamos em crer que o inquérito por questionário é o instrumento de recolha de dados que melhor serve o propósito do presente estudo. Portanto, a opção pelo questionário prende-se com o facto de ser uma técnica de recolha de dados que possibilita ao investigador, recorrendo a técnicas estatísticas adequadas, estabelecer potenciais relações entre variáveis e possíveis diferenças entre grupos.

Importa, contudo, salientar a necessidade de ter presente na investigação as respetivas vantagens (e.g. quantificar uma pluralidade de dados e, conseqüentemente, efetuar uma multiplicidade de análises de correlações) e desvantagens (e.g. respostas superficiais, desprovidas de elementos de compreensão profundos e conteúdo relativamente limitado) da utilização do inquérito por questionário, de forma a melhor interpretar a informação proveniente dos dados recolhidos (Lima, 1995; Quivy & Campenhoudt, 2008).

### **2.3.2. Questionário**

O questionário utilizado no presente estudo, cujo exemplar se encontra em anexo, visa responder aos objetivos da investigação, os quais se prendem, de um modo geral, com o estudo da relação entre a evasão fiscal e a *tax morale* através da análise de potenciais relações entre variáveis e possíveis diferenças entre grupos. Neste sentido, iniciámos a elaboração do questionário pela seleção de questões provenientes de três inquéritos distintos, a saber: do *World Values Survey*, do *European Values Survey* e do *Taxpayer Opinion Survey*. Procurámos construir um questionário que reunisse questões específicas referentes à *tax morale* e às suas potenciais determinantes, bem como questões que nos permitissem estabelecer uma relação entre a *tax morale* e a evasão fiscal.

As questões adoptadas dos questionários *World Values Survey* e *European Values Survey* têm como objetivo incluir uma panóplia de variáveis sócio-económicas, demográficas e comportamentais.

Com o recurso a questões do *Taxpayer Opinion Survey* pretendemos medir a propensão dos inquiridos para a prática de atos evasivos. A literatura tem vindo a usar frequentemente a justificabilidade da evasão como um “proxy” para a moralidade fiscal (Torgler, 2007).

Importa sublinhar que, tratando-se de escalas de medida redigidas em inglês, foi necessária a respetiva tradução. A este respeito, Hill e Hill (2012) referem que o processo de tradução requer especiais cuidados no sentido de, por um lado, assegurar o respeito pela especificidade da língua para a qual se traduz, neste caso, a portuguesa, e, por outro, garantir a transmissão de significados.

Outro aspeto que nos parece fundamental salientar prende-se com a aplicação do pré teste, isto é, a verificação final do questionário, antes da sua distribuição à amostra em estudo (Ghiglione & Matalon, 1997; Hill & Hill, 2012; Lima, 1995). O pré teste reside no emprego do questionário a uma pequena amostra após formulação e ordenação provisória de todas as questões, com vista a assegurar a qualidade das questões, a razoabilidade da sua ordenação e a correspondência do conteúdo das respostas com a informação pretendida pelo investigador (Ghiglione & Matalon, 1997; Lima, 1995). Segundo Ghiglione e Matalon (1997) e Hill e Hill (2012), este processo de aplicação do pré teste, não raras vezes, é incompatível com a investigação em termos de orçamento e de tempo, todavia, é um processo muito útil, ainda que realizado de forma abreviada, na medida em que a opinião de terceiros sobre a clareza e compreensão das questões é essencial para alcançar os objetivos da investigação.

Com o intuito de verificar se as questões são compreensíveis, oportunas e precisas e, ainda, se a análise dos dados empíricos obtidos deixa antever inconsistências, realizámos, em finais de 2013, o pré-teste a 50 inquiridos. Deste processo, recolhemos algumas sugestões, algumas das quais mereceram a nossa concordância e que, naturalmente, se traduziram numa ligeira reformulação do questionário, por um lado, e na redefinição de alguns procedimentos de recolha de dados, por outro.

Após a exposição das fases de construção e verificação do questionário, importa apresentar o conteúdo do mesmo, designadamente o tipo de questões<sup>22</sup>, itens, variáveis e escalas de medida.

---

<sup>22</sup> A literatura, não raras vezes, utiliza o termo pergunta como sinónimo de questão. No presente trabalho, adotámos a termo questão.

No que respeita às questões, estas classificam-se, quanto à forma, em questões fechadas, pois o inquirido, por um lado, escolhe a sua resposta numa lista de respostas dadas pela exploração estatística (Giglione & Matalon, 1997; Hill & Hill, 2012), e, por outro, em outras respostas, insere um número. Segundo Giglione e Matalon (1997), quanto ao conteúdo (tipo de informação que as mesmas solicitam), podemos classificar as questões em questões de “facto” – referem-se a informação que pode ser conhecida pelo inquérito mas também por outros meios – e de “opinião” (e.g. opiniões, atitudes, preferências, valores, crenças, etc.) – reportam-se a informação que apenas pode ser conhecida através do inquérito. No que diz respeito ao número de questões, o questionário do presente estudo é composto por 59 questões.

Neste quadro, o questionário engloba 461 itens – cada questão pode conter mais do que um item –, os quais, de uma forma isolada ou agrupada, correspondem às variáveis em estudo, conforme trataremos em seguida.

Considerando o escopo do estudo, a variável dependente<sup>23</sup> consiste na *tax morale*. Esta é uma variável latente na medida em que é definida por um conjunto de variáveis componentes, às quais, analogamente, se atribui o nome técnico de itens do questionário (Hill e Hill, 2012).

Para cada indivíduo, a variável dependente é definida em função da forma como respondeu às questões 24, 25 e ao item b) da questão 59 do questionário.

No que diz respeito às variáveis independentes<sup>24</sup>, atendendo aos objetivos e hipóteses da presente investigação, destacamos as que dizem respeito aos conceitos descritos na seguinte tabela (tabela 1).

**Tabela 1: Identificação das variáveis independentes**

Conceito	Variáveis Independentes	Itens
<b>Fatores demográficos e Pessoais</b>	Género	Itens 1 e 2 da questão 1
	Idade	
	Educação	Itens 1 a 10 da questão 5
	Estado civil	Itens 1 a 6 da questão 3
	Situação profissional	Itens 1 a 9 da questão 19

<sup>23</sup> Variável que se tenta prever, prognosticar ou explicar, a qual normalmente assume determinado comportamento ou atitude, constituindo o objeto de estudo (Hagan, 2006).

<sup>24</sup> Variável que causa, determina ou precede no tempo a variável dependente (Hagan, 2006), ou seja, é a variável que tem relevância para o fenómeno criminal. Neste trabalho, as variáveis independentes correspondem aos respetivos números de questão e itens do questionário.

<b>Fatores económicos</b>	Nível de rendimentos	Itens 1 a 7 da questão 22
<b>Fatores sociológicos e comportamentais</b>	Religiosidade	Itens 1 e 2 da questão 30
		Itens 1 a 7 da questão 33
		Itens 1 a 3 da questão 36
<b>Fatores psicológicos</b>	Confiança no Governo	Item 18 da questão 50
	Confiança no sistema judicial /tribunais	Item 14 da questão 50
<b>Evasão Fiscal</b>	Felicidade	Item 1 a 4 da questão 8
	Declaração exagerada de despesas	Item 1 da questão 54
	Subdeclaração de rendimentos	Item 2 da questão 54

O *Taxpayer Opinion Survey* deu-nos a possibilidade de analisar separadamente duas determinantes da evasão fiscal, exagerar as despesas declaradas e a subdeclaração de rendimentos. A partir destas considerações procuramos responder a duas hipóteses:

1. Quanto menor for a moralidade fiscal, mais os indivíduos exageram as despesas que declaram;
2. Quanto menor for a moralidade fiscal, mais os indivíduos subdeclaram os seus rendimentos.

Para tal, foram colocadas as questões 24 e 25.

## 2.4. Procedimentos

Os procedimentos referem-se ao contexto de aplicação do instrumento de recolha de dados, inquérito por questionário, noutros termos, às condições em que os inquiridos respondem ao mesmo. Neste sentido, tendo em conta a linha de raciocínio em discussão, parece-nos importante sublinhar que a “... escolha da técnica e as condições em que se fará o inquérito não são independentes...” (Giglione & Matalon, 1997, p. 159).

Relativamente a este ponto, e no que respeita a alguns cuidados preliminares a atender, já elencámos e justificámos, anteriormente, alguns procedimentos,



designadamente (i) definimos o critério para o sujeito integrar a amostra – maior de 18 anos com situação tributária ativa –, (ii) solicitámos, aos respetivos autores, a autorização para utilizar as respetivas escalas – a qual nos foi concedida – e (iii) verificámos os pressupostos de construção e verificação do questionário (tradução e pré-teste).

No concernente à definição dos procedimentos de distribuição, o contributo do pré-teste mostrou-se essencial, na medida em que nos permitiu perceber a natureza sensível de algumas questões bem como o carácter relativamente extensivo do questionário. Tendo em conta a informação recolhida, optámos pela administração direta do questionário – o preenchimento deste é efetuado pelo próprio inquirido – na ausência do investigador, dado que o questionário contém questões que, na presença deste, conforme confirmado no pré-teste, podem causar constrangimentos e, por conseguinte, condicionar a resposta do respondente (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Simultaneamente, foi permitido ao inquirido responder ao inquérito mediante a sua disponibilidade de tempo, visto que o preenchimento do questionário ultrapassava os 30 minutos (Giglione & Matalon, 1997). Todavia, importa sublinhar que este tipo de administração apresenta algumas desvantagens, particularmente o menor controlo do processo por parte do investigador (Quivy & Campenhoudt, 2008), o qual tentámos contornar, como justificaremos de seguida.

Durante o último trimestre de 2013, foram distribuídos 200 questionários. Para efetuar a distribuição e recolha dos questionários, recorremos a amigos, colegas e pessoas da nossa relação, que também se disponibilizaram para responder ao questionário. As vantagens deste modo de distribuição e recolha radicam no facto de assegurarmos a entrega em mão dos questionários aos respondentes e, simultaneamente, garantirmos a explicação oral atinente à importância de responderem aos mesmos.

Alguns dias depois, as mesmas pessoas que efetuaram a distribuição dos questionários procederam à sua recolha, procedimento que evitou a não devolução de parte dos inquéritos.

Não obstante, importa sublinhar que a fase de distribuição e recolha nos suscitou algum receio, pelo facto de, por um lado, as matérias em causa serem extremamente sensíveis, pois reconhecemos que para muitos inquiridos responder com sinceridade a questões que envolvam autoavaliação face a aceitabilidade de comportamentos evasivos pode originar respostas socialmente desejáveis, e, por outro, o questionário ser relativamente extenso, podendo conduzir à desistência do seu preenchimento e, por conseguinte, à recolha de inquéritos incompletos.

Neste contexto, procurámos evitar respostas socialmente desejáveis por parte dos inquiridos e garantir o preenchimento completo dos questionários de modo a assegurar uma elevada taxa de respostas positivas. Nesse sentido, os inquiridos incluíam uma breve e sucinta apresentação do estudo, na qual agradecíamos a colaboração prestada e a essencialidade da mesma e asseverávamos o anonimato do questionário, o tratamento dos dados recolhidos com a máxima confidencialidade, a análise da informação de forma agregada e não individual e, por último, a inexistência de respostas corretas ou incorretas. Com o procedimento anterior, procurámos respeitar as sugestões de Hill e Hill (2012) na construção e aplicação dos questionários, os quais advogam que todos os inquiridos devem ser informados, entre outros aspetos, sobre o tempo a despender no seu preenchimento, a razão da aplicação, a natureza do questionário (e.g. medição de atitudes, perceções, factos e inexistência de respostas certas ou erradas), a finalidade (e.g. investigação académica), a confidencialidade das respostas e o anonimato.

No total, recebemos 143 questionários, os quais, após receção, foram submetidos a um trabalho de revisão e triagem. Com este procedimento numerámos os questionários e excluímos aqueles que se apresentavam manifestamente incompletos e/ou com erros de preenchimento, não sendo sujeitos a tratamento estatístico. Nesta fase, excluímos 9 questionários e validámos 134. A invalidação de 9 questionários deveu-se ao preenchimento parcial do questionário pelos respondentes.

Finalizando, os 134 questionários validados foram submetidos a um trabalho de pré-codificação com vista a dar início à construção da base de dados, permitindo o tratamento estatístico dos dados. De seguida, procedemos à inserção das respostas codificadas e, subsequentemente, ao tratamento dos mesmos em SPSS v20 (IBM SPSS, 2010).

No tratamento estatístico, propriamente dito, dos dados recorremos a uma ampla variedade de técnicas estatísticas, incluindo estatísticas descritivas, Análise Fatorial, correlações não-paramétricas, testes não-paramétricos de comparação de grupos, entre outras.

### **PARTE III – ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)**

Neste capítulo, apresentamos os resultados, designadamente a caracterização da amostra, a análise de frequências às variáveis, a Análise Fatorial às escalas de medida, a análise de correlações entre as variáveis dependente e independentes e a comparação entre grupos (i.e. se a variável dependente varia consoante os grupos que as variáveis independentes definem), e procedemos à sua discussão, à luz das evidências empíricas e das proposições teóricas identificadas no enquadramento teórico (parte I).

#### **1. Caracterização da amostra**

A amostra é constituída por 134 inquiridos<sup>25</sup>, sendo maioritariamente constituída por sujeitos do sexo feminino (58%), estando o sexo masculino representado numa percentagem inferior (42%). Todos os inquiridos são maiores de 18 anos, tendo idades compreendidas entre os 18 e os 77 anos. A média de idades dos indivíduos é 38,65 anos, com um desvio padrão de 14,32.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos participantes: 38 frequentaram o ensino até, no máximo, o 9º ano (28.4%), ou seja, o ensino básico; 45 têm um nível de escolaridade entre o 9º e o 12º ano (33.6%), tendo, portanto, frequentado o ensino secundário; 50 obtiveram um grau do ensino superior equivalente a uma licenciatura (37.3%); e 1 sujeito não indicou essa informação (0.7%).

No que se refere ao estado civil, a maioria dos respondentes 71 (53%) são casados; e os restantes 52 (38.8%) são solteiros; cinco (3,7%) são divorciados; três (2,2%) são separados; dois (1,5%) vivem em união de facto; um (0,7%) é viúvo.

A maioria dos respondentes 128 (95,5%) são cidadãos portugueses, sendo uma minoria, 5 (3,7%), de outra nacionalidade e 1 dos inquiridos não respondeu (0,8%).

Todos os participantes no presente estudo, encontram-se em situação contributiva ativa, perfil identificado pelos próprios na pergunta 1 do questionário.

#### **2. Estudo da variável *tax morale***

A variável dependente no presente estudo é a *tax morale*, tendo sido obtida através da aplicação parcial de três instrumentos o *European Values Survey*, o *World*

---

<sup>25</sup> Conforme referido, os dados apresentados reportam-se ao número de casos válidos.

*Values Survey* e *Taxpayer Opinion Survey* e, por isso, utilizámos diferentes instrumentos de medição. Para testar a validade de constructo do instrumento de medida *TOS*, usado nesta investigação (através da aplicação do conjunto de itens das questões 24 e 25), ao nível da sua dimensionalidade, procedemos a uma análise fatorial exploratória. Este tipo de análise é, geralmente, usada quando não existe informação prévia sobre a estrutura fatorial de um conjunto de variáveis e possibilita-nos reduzir o número de variáveis, e identificar as dimensões que refletem os constructos teóricos que lhe estão subjacentes. Estimámos, também, a fiabilidade das dimensões através do uso do *alpha* de Cronbach como medida de consistência interna.

No que se refere à medida *tax morale* obtida através do instrumento *EVS* e *WVS*, optámos por utilizar o mesmo procedimento dos autores deste instrumento. Assim este conceito foi obtido apenas por uma questão incluída no conjunto de outras questões do questionário *WVS* “*Não pagar impostos se tiver oportunidade*”. Apresentamos em seguida os procedimentos adotados no estudo desta variável.

## **2.1. Análise da *tax morale* com recurso ao *TOS***

Na análise da variável latente *tax morale* com recurso a questões do *TOS* efetuamos uma análise exploratória recorrendo à Análise em Componentes Principais (ACP). A adequação da amostra à factorização foi avaliada através de  $KMO^{26}$  (Kaiser-Meyer-Olkin), tendo sido obtido um valor de .832, o que significa que temos correlações fortes entre as variáveis. O Bartlett's Test of Sphericity foi significativo ( $\chi^2(55) = 698.320, p < .001$ ), evidenciando igualmente a existência de correlação entre as variáveis. Estes resultados vão no sentido da adequação do tamanho da amostra e da matriz e, por isso, permitem-nos prosseguir com a análise fatorial (cf. Pestana & Gageiro, 1998).

A análise das comunalidades (*communalities*) mostra que todos os itens obtiveram valores superiores a .40 (cf. Tabela 2). Todos os itens apresentam uma relação forte com os fatores retidos. Tendo por base os onze itens desta variável, foram identificados dois componentes com valores próprios (*eigenvalues*) superiores a um e que em conjunto explicam **65,7%** da variância total. O primeiro fator explica **34,4%** da variância total, com um valor próprio de **3,785** e o segundo explica **31.3%** com um valor próprio de **3,445** (cf. Tabela 2).

---

<sup>26</sup> O KMO compara as correlações simples com as parciais observadas entre as variáveis e varia entre zero e um (Pestana & Gageiro, 1998).

**Tabela 21: Comunalidades ( $h^2$ ), distribuição dos itens pelos fatores e respetivas saturações, valores próprios superiores a um, percentagem de variância explicada e total e valor de consistência interna da variável *tax morale***

Itens	1	2	$h^2$
1. Comprar ou trocar bens/ serviços com um amigo/vizinho e não revelar tal facto na declaração de rendimentos para efeitos fiscais	-,068	<b>,685</b>	<b>,473</b>
2. Na declaração de IRS, declarar o rendimento principal, mas não incluir rendimentos de menor valor	,097	<b>,860</b>	<b>,749</b>
3. Ser pago em dinheiro por um trabalho e não declarar na declaração de rendimentos	-,103	<b>,883</b>	<b>,790</b>
4. Não declarar rendimentos de aplicações financeiras ou juros que a AT não consiga descobrir	,074	<b>,881</b>	<b>,782</b>
5. Incluir despesas fictícias nos abatimentos permitidos por despesas em cuidados de saúde	,271	<b>,769</b>	<b>,665</b>
6. Atento o custo de vida hoje em dia, não há problema em ajustar a declaração de rendimentos de forma a equilibrar mais as contas	<b>,726</b>	-,202	<b>,567</b>
7. Não é tão errado fugir um pouco aos impostos, se o próprio estado gasta mais do que pode	<b>,859</b>	-,132	<b>,755</b>
8. A probabilidade de ser apanhado é tão baixa que vale a pena tentar escapar-se aos impostos	<b>,851</b>	-,106	<b>,736</b>
9. Quando tenho dúvidas se tenho direito a uma dedução fiscal, faz sentido correr o risco e opto por considerá-la.	<b>,749</b>	,096	<b>,569</b>
10. Não é tão errado subdeclarar rendimentos, porque isso não afecta diretamente ninguém	<b>,742</b>	-,024	<b>,551</b>
11. Não há nada de errado com o aproveitamento das lacunas da legislação fiscal para obtenção de vantagens	<b>,762</b>	,101	<b>,591</b>
Valor Próprio superior a um	<b>3,785</b>	<b>3,445</b>	
% Variância explicada	<b>34,4%</b>	<b>31,3%</b>	
(% total)	<b>65,7%</b>		
<b>Consistência interna (Alpha de Cronbach) Total=0,78</b>	<b>0,87</b>	<b>0,87</b>	

O fator 1, composto pelos itens 1, 2, 3, 4, 5, pretende aferir a moralidade fiscal nas situações em que é o contribuinte a criar as oportunidades para fugir ao cumprimento das suas obrigações fiscais, apresentando um índice de fiabilidade interna boa, valor do alfa de Cronbach = 0,87.

O fator 2, constituído pelos itens 6, 7, 8, 9, 10 e 11, diz respeito à moralidade fiscal face a situações onde se verificam oportunidades externas para tal e tem uma fiabilidade interna boa, valor do alfa de Cronbach = 0,87.

Os scores da variável latente foram determinados através da adição simples dos valores de cada uma das componentes.

## **2.2. Análise da *tax morale* com recurso ao WVS**

No que se refere à análise da variável *tax morale* obtida através do instrumento WVS, as respostas foram dadas numa escala de 10 pontos. Uma vez que obtivemos grande parte de percentagens de respostas nos valores de 1 a 5, e um número menor nos restantes, optámos, tal como os autores de origem<sup>27</sup>, pela recodificação e inversão da variável para uma escala de 5 pontos (ou seja 1 = Justifica-se sempre e 5 = Nunca se justifica; e os scores de 5 a 10 foram recodificados como 1 = Justifica-se sempre).

## **2.3. Análise da relação entre as variáveis que medem a *tax morale***

No sentido de analisar a relação entre as variáveis que permitem medir a taxa de moralidade fiscal, recorreremos às situações concretas aplicadas pelo TOS e definidas pelos dois fatores já expostos - *tax morale* perante situações em que é o próprio contribuinte quem cria as condições para fugir ao pagamento dos impostos (avante designada por Tax Morale TOS 1) e *tax morale* face a situações onde se verificam oportunidades externas que propiciam a evasão fiscal (que designaremos Tax Morale TOS 2) -, bem como à questão mais ampla constante do WVS. Atendendo a esses elementos, realizamos uma correlação, com base nos coeficientes de Spearman ( $r_s$ ), uma vez que as variáveis não apresentam uma distribuição normal. A análise foi efetuada com base nos índices dos fatores e scores de cada variável. **A origem da referência não foi encontrada.** mostra os coeficientes de correlação de Spearman ( $r_s$ ), assim como as pontuações médias e os desvios-padrão de cada medida.

---

<sup>27</sup> Apenas alteramos a pontuação para uma escala de 1 a 5 em vez de ser como os autores de origem que procederam à alteração de 0 a 3, devido a termos obtido uma baixa percentagem a partir do valor 5 da escala de respostas.

**Tabela 3: Pontuações médias, desvios-padrão e correlações entre as variáveis *tax morale*, através do Coeficiente de correlação Ró de Spearman (n=118)**

Variáveis	Escala de Medida	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3
1. <i>Tax morale</i> TOS 1	1 a 6	3,98	1,26	-		
2. <i>Tax morale</i> TOS 2	1 a 6	3,57	0,79	,536**		
3. <i>Tax morale</i> WVS	1 a 5	3,63	1,71	,394**	,400**	-

\*\* $p < 0.01$

Como podemos observar através dos resultados apresentados na tabela 3, verifica-se que as variáveis se encontram correlacionadas entre si, de forma significativa ( $p < .01$ ). Observa-se uma correlação positiva entre a fuga aos impostos por iniciativa do contribuinte e fuga aos impostos se tiver a oportunidade ( $r_s = .536$ ). Este resultado sugere que os contribuintes que equacionam a possibilidade de fugir aos impostos por sua iniciativa tendem também a aproveitar as oportunidades externas que possam surgir para não cumprirem as suas obrigações fiscais. Observa-se, igualmente, uma correlação positiva entre a evasão por iniciativa do contribuinte e a *tax morale* aferida pelo WVS ( $r_s = .394$ ), assim como entre a evasão fiscal oportunista e a o item b, da questão 59 ( $r_s = .400$ ). Em suma, estes resultados mostram que as diferentes dimensões deste constructo se encontram interrelacionados de um modo positivo, sendo esta relação moderada.

### 3. A *tax morale* e os fatores pessoais e demográficos

Nesta secção, apresentamos os resultados da análise estatística realizada à taxa de moralidade fiscal em função das variáveis independentes género, idade, escolaridade, estado civil e situação profissional. Para efetuar a análise, procedemos à dicotomização das variáveis idade, escolaridade, estado civil e situação profissional. O critério utilizado na dicotomização da idade foi a média amostral da variável. Para as restantes dimensões utilizamos os seguintes critérios: nível de escolaridade (1=Ensino básico e secundário vs. 2= Ensino superior); estado civil (1=casado vs. 2=outra situação<sup>28</sup>);

<sup>28</sup> Solteiro, divorciado, viúvo e união de facto.

situação profissional (1=Trabalhador remunerado vs. 2=Trabalhador não remunerado). Apresentam-se em seguida os resultados obtidos para cada análise.

### 3.1. *Tax morale* e o género

Na tabela 4 apresentamos os resultados relativos às variáveis constituintes da moralidade fiscal em função do género. Mais especificamente, apresentamos as pontuações médias e os desvios padrões relativas às dimensões da moralidade fiscal aferida pelo fator 1 e 2 do TOS e da aferida pelo WVS para o sexo masculino e feminino. Os *p-values* apresentados referem-se ao resultado do teste de Mann-Whitney para verificar a diferença de distribuições das variáveis.

**Tabela 4: Pontuações médias e desvios padrões das variáveis constituintes da *tax morale* em função do género**

Variáveis	Género						
	Feminino				Masculino		Valor <i>p</i>
	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
1. <i>Tax morale</i> TOS 1	73	4,03	1,08	52	3,86	1,45	,597
2. <i>Tax morale</i> TOS 2	72	3,64	0,75	53	3,43	0,83	,198
3. <i>Tax morale</i> WVS	70	3,57	1,66	53	3,68	1,77	,476

Verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nas pontuações médias das dimensões para os indivíduos, dado o valor de *pvalue* ser superior a 0.05 para todas as variáveis. Estes resultados sugerem que tanto a classe masculina como a feminina da variável categórica em apreço não apresentam diferenças estatisticamente significativas em termos da *tax morale*.



### 3.2. *Tax morale* e a idade

Na tabela 5 apresentamos os resultados relativos às variáveis constituintes da moralidade fiscal em função da idade. Mais especificamente apresentamos as médias e os desvios padrões relativas às dimensões da moralidade fiscal aferida pelo fator 1 e 2 do TOS e da aferida pelo WVS para o grupo etário de menores de 38 anos e maiores de 38. Os *p-values* apresentados referem-se ao resultado do teste de Mann-Whitney para verificar a diferença de distribuições das variáveis.

**Tabela 5. Pontuações médias e desvios padrões das variáveis constituintes da *tax morale* em função da idade.**

Variáveis	Idade						Valor <i>p</i>
	<38 anos			>38 anos			
	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
1. <i>Tax morale</i> TOS 1	62	3,97	1,05	63	3,95	1,42	,812
2. <i>Tax morale</i> TOS 2	61	3,61	0,67	64	3,49	0,89	,594
3. <i>Tax morale</i> WVS	59	3,63	1,618	64	3,61	1,787	,732

Pela observação da tabela 5 constata-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nas médias das dimensões para os indivíduos com idade superior e inferior a 38 anos, dado o valor de *pvalue* ser superior a 0.05 para todas as variáveis. Tomados em conjunto, estes resultados sugerem que, ao contrário do apontado pela literatura, quando classificados os indivíduos em duas classes segundo a idade (abaixo e acima de 38 anos), não são encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ou classes em termos da variável *tax morale*;

### 3.3. *Tax morale* e a escolaridade

Apresentamos na tabela 6 os resultados relativos às variáveis constituintes da moralidade fiscal em função da escolaridade. Mais especificamente, apresentamos as

pontuações médias e os desvios padrão relativas dimensões da moralidade fiscal aferida pelo fator 1 e 2 do TOS e da aferida pelo WVS para o grupo de escolarização ensino superior vs. ensino básico e secundário. Tal como anteriormente referido, os *p-values* apresentados referem-se ao resultado do teste de Mann-Whitney para verificar a diferença de distribuições das variáveis.

**Tabela 6: Pontuações médias e desvios padrões das variáveis constituintes da *tax morale* em função da escolaridade.**

Variáveis	Escolaridade						Valor <i>p</i>
	Ensino básico e secundário			Ensino superior			
	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
1. <i>Tax morale</i> TOS 1	71	4,09	1,289	46	3,8141	1,22	,215
2. <i>Tax morale</i> TOS 2	71	3,53	0,81	46	3,6449	0,78	,496
3. <i>Tax morale</i> WVS	71	3,66	1,77	46	3,54	1,62	,440

Tal como nas análises anteriormente efetuadas, a tabela 6 mostra que não existem diferenças estatisticamente significativas nas médias das dimensões da moralidade fiscal para os indivíduos com escolaridade de ensino básico e secundário e superior, como se pode observar através do resultado do *pvalue* ser superior a 0.05 para todas as variáveis. Neste sentido, constata-se um maior nível de escolaridade não apresenta diferenças estatisticamente significativas em termos da *tax morale*.

### 3.4. A *tax morale* e o estado civil

Apresentamos na tabela 7 os resultados relativos às variáveis constituintes da moralidade fiscal em função do estado civil. Como procedimento utilizado nas análise anteriores, apresentamos as pontuações médias e os desvios padrão relativas às dimensões da moralidade fiscal aferida pelo fator 1 e 2 do TOS e da aferida pelo WVS para o grupo de casados ou outra situação do se estado civil. Apresentamos, igualmente, os *p-values* do teste de Mann-Whitney para verificar a diferença de distribuições das variáveis.

**Tabela 7: Médias e desvios padrões das variáveis constituintes da *tax morale* em função do estado civil.**

Variáveis	Estado Civil						Valor <i>p</i>
	Casados			Outra Situação			
	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
1. <i>Tax morale</i> TOS 1	64	3,99	1,38	54	3,98	1,11	,740
2. <i>Tax morale</i> TOS 2	64	3,49	0,88	54	3,68	,672	,583
3. <i>Tax morale</i> WVS	64	3,58	1,77	54	3,69	1,64	,859

No que se refere às diferenças entre médias das dimensões da moralidade fiscal para os indivíduos casados ou com outro estado civil, embora se verifique uma tendência para um valor médio inferior nas pontuações dos casados ( $M=3,49$  e  $M=3,58$ ) relativamente à de outros estado civis ( $M=3,68$  e  $M=3,69$ ), também constatamos pelos resultados do *pvalue* apresentados na tabela 7, que as diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>.05$ ). Este resultado indica que os indivíduos da classe casados não apresentam diferenças estatisticamente significativas em relação aos indivíduos com a classe “outra situação” da mesma variável categórica em termos da *tax morale* na nossa amostra.

### 3.5. A *tax morale* e a situação profissional

Na tabela 8 apresentamos o resultado da análise a influência da situação profissional (trabalhador remunerado vs. trabalhador não remunerado) na moralidade fiscal. Os *p-values* são referentes ao teste de Mann-Whitney para verificar a diferença de distribuições das variáveis

**Tabela 8: Pontuações médias e desvios padrões das variáveis constituintes da *tax morale* em função da situação profissional.**

Variáveis	Situação Profissional
-----------	-----------------------

	Trabalhador remunerado			Trabalhador não remunerado			Valor <i>p</i>
	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
1. <i>Tax morale</i> TOS 1	89	3,98	1,32	20	3,84	1,11	,747
2. <i>Tax morale</i> TOS 2	89	3,53	0,81	20	3,51	0,77	,750
3. <i>Tax morale</i> WVS	89	3,54	1,73	20	3,75	1,74	,575

Por último, no que se refere às diferenças entre médias das dimensões da moralidade fiscal para os indivíduos com trabalho remunerado e sem trabalho remunerado também constatamos pelos resultados do *pvalue* apresentados na tabela 8, que não existem diferenças estatisticamente significativas para todas as variáveis ( $p > .05$ ). Este resultado sugere que os indivíduos da classe “trabalhadores remunerados” não apresentam diferenças estatisticamente significativas em relação aos indivíduos com a classe “trabalhadores não remunerados” da mesma variável categórica em termos de moralidade fiscal.

### 3.6. Análise de relações entre a moralidade fiscal e as variáveis sociodemográficas

Na tabela 9 apresentam-se os dados das relações a *tax morale* e os fatores pessoais e demográficos. Esta análise foi efetuada através do coeficiente de correlação Pearson<sup>29</sup>, atendendo que as variáveis relativas aos fatores pessoais e demográficos se encontravam dicotomizadas<sup>30</sup>. Os resultados mostram que algumas das variáveis sociodemográficas se encontram correlacionadas entre si, entre as quais se destaca uma relação negativa entre a idade e o nível de escolaridade ( $r = -.390$ ,  $p < .01$ ), ou seja os

<sup>29</sup> Para realizarmos a correlação entre as variáveis dicotómicas dos fatores pessoais e demográficos e as dimensões que medem a *tax morale* utilizamos o coeficiente de correlação de Pearson que é equivalente ao coeficiente Point Bi-Serial  $r_{pb}$ .

<sup>30</sup> A dicotomização das variáveis corresponde às seguintes categorias: A Idade está categorizada como “1” menores de 38 anos e “2” maiores de 38 anos. A Escolaridade está categorizada como “1” Ensino básico e secundário e “2” Ensino superior. O sexo feminino está categorizado como “1” e o sexo masculino como “2”. O estado civil está categorizado como “1” casado e “2” outra situação (Solteiro, divorciado, viúvo e união de facto). A situação profissional está categorizada como “1” Trabalhador remunerado e “2” Trabalhador não remunerado.



p<sup>\*\*</sup> <.01 e p<sup>\*</sup> <.05; <sup>a</sup>Variáveis dicotómicas

#### 4. A *tax morale* e os fatores económicos

No estudo entre a *tax morale* e os fatores económicos pretendemos analisar a relação entre o nível de rendimentos e a taxa de moralidade fiscal – definida pelas 3 dimensões da *tax morale* a que recorremos.

No que toca à questão concernente ao nível de rendimentos, mais especificamente a questão relativa ao Rendimento líquido mensal, as respostas das 115 pessoas distribuíram-se pelas seis opções disponíveis: 35 (26,1%) de 0 a 500 Euros, 42 (31,3%) de 501 a 1000 Euros, 19 (14,2%) 1001 a 1500 Euros, 10 (7,5%) de 1501 a 2000 Euros, 4 (3%) de 2001 a 2500 Euros e 2 (1,5%) mais de 3000 Euros. Verifica-se assim, maior frequência de pessoas que auferem um rendimento mensal líquido inferior a 1000 Euros.

Prosseguimos para o estudo da relação das variáveis nível de rendimentos<sup>31</sup> e taxa de moralidade fiscal recorrendo ao coeficiente de correlação de Spearman (rs). Os resultados dessa análise apresentam-se na tabela 10.

**Tabela 10: Correlações entre as variáveis *tax morale* e o nível de rendimentos.**

Variáveis	Coeficiente de correlação Ró de Spearman	Valor p	N
1. <i>Tax morale</i> TOS 1 – vs- nível de rendimentos	-,170	,079	108
2. <i>Tax morale</i> TOS 2 – vs- nível de rendimentos	-,095	,327	109
3. <i>Tax morale</i> WVS – vs- nível de rendimentos	-,020	,842	106

<sup>31</sup> Para efetuar esta análise recorremos ao coeficiente de correlação de Spearman (rs), aliado ao facto de o tratamento desta variável como uma variável intervalar nos suscitar algumas reservas.

Como podemos observar na tabela 10 as correlações são bastante baixas e apontam para uma relação negativa entre as variáveis. Contudo, não se verificou uma relação estatisticamente significativa entre o nível de rendimentos e a moralidade fiscal. Os resultados não corroboram a hipótese de que o nível de rendimentos se encontra positivamente relacionado com o nível de moralidade fiscal

## 5. A *tax morale* e os fatores sociológicos e comportamentais

No estudo sobre a *tax morale* e os factores sociológicos e comportamentais, pretendemos analisar a relação entre a religiosidade – definida pelas variáveis o indivíduo professa alguma Religião; a frequência com que frequenta a igreja e o grau de religiosidade – e a moralidade fiscal – definida pelas três dimensões dos instrumentos aplicados.

No sentido de efetuar esta análise procedemos inicialmente à averiguação do número de indivíduos que professam alguma religião, tendo-se verificado que 108 (80,6%) responderam afirmativamente, 18 (13,4%) responderam negativamente afirmativamente e 5 (3,7%) não responderam, totalizando 131 respostas. Estes resultados indicam que a maioria dos indivíduos que compõem a presente amostra, professam uma religião.

Apresentamos na tabela 11 os resultados das pontuações médias e os desvios padrão relativas às dimensões da moralidade fiscal aferida pelo fator 1 e 2 do TOS e da aferida pelo WVS para o grupo de professa ou não uma religião. Apresentamos, igualmente, os *p-values* do teste de Mann-Whitney para verificar a diferença de distribuições das variáveis.

**Tabela 11: Médias e desvios padrões das variáveis constituintes da *tax morale* em função da religião.**

Variáveis	Religião						Valor <i>p</i>
	Professa uma religião			Não professa uma religião			
	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
1. <i>Tax morale</i> TOS 1	103	3,99	1,25	18	3,93	1,34	,821
2. <i>Tax morale</i> TOS 2	103	3,58	0,79	18	3,51	0,85	,784
3. <i>Tax morale</i> WVS	104	3,63	1,7	18	3,56	1,79	,965

No que se refere às diferenças entre médias das dimensões da moralidade fiscal para os indivíduos que professam uma religião, embora se verifique uma tendência para um valor médio inferior nas pontuações dos que não professam ( $M=3,93$ ;  $M=3,51$  e  $M=3,56$ ) relativamente à dos que professam ( $M=3,99$ ;  $M=3,58$  e  $M=3,63$ ), também constatamos pelos resultados do *pvalue* apresentados, que as diferenças não são estatisticamente significativas ( $p>.05$ ).

Quanto à frequência com que os indivíduos vão à igreja, as respostas das 131 pessoas distribuíram-se por oito opções disponíveis: 15 (11,2%) mais de uma vez por semana, 35 (26,1%) uma vez por semana, 17 (12,7%) uma vez por mês, 15 (11,2%) apenas nos dias religiosos/festivos, 2 (1,5%) uma vez por ano, 24 (17,9%) apenas nos dias religiosos/festivos, 21 (15,4%) nunca ou quase nunca e 2 (1,5%) não respondeu.

No que respeita ao grau em que a pessoa se considera uma pessoa religiosa, das 131 respostas 107 (79,9%) respondeu que se considera uma pessoa religiosa, 15 (11,2%) uma vez por semana, 17 (12,7%) uma vez por mês, 15 (11,2%) uma pessoa não religiosa, 4 (3%) um ateu convicto, 1 (0,7%) não sabe e 4 (3%) não respondeu. Pelos resultados constatamos que a maioria das pessoas desta amostra se considera religiosa.

O coeficiente de correlação de Spearman ( $r_s$ ) foi utilizado na análise das variáveis e dimensões em estudo. Procedemos à ordenação destas duas variáveis do conceito de religiosidade (frequência que frequenta a igreja e grau em que a pessoa se considera uma pessoa religiosa), no sentido que quanto maior o valor da escala mais a pessoa tem um nível de religiosidade elevado. A tabela 12 apresenta os resultados obtidos na análise das relações destas duas variáveis.

**Tabela 12: Correlações entre as variáveis da *tax morale* e dos fatores sociológicos e comportamentais (n=115)**

Variáveis	Coeficiente de correlação Ró de Spearman	Valor <i>p</i>
<i>Tax morale</i> TOS 1 vs. frequenta a igreja	,138	,141
<i>Tax morale</i> TOS 2 vs. frequenta a igreja	,050	,594
<i>Tax morale</i> WVS vs. frequenta a igreja	,024	,799
<i>Tax morale</i> TOS 1 vs grau de religiosidade	,050	,596
<i>Tax morale</i> TOS 2 vs. grau de religiosidade	-,035	,706
<i>Tax morale</i> WVS vs. grau de religiosidade	,029	,755



Os resultados demonstram que não existe uma relação estatisticamente significativa entre a religião e o nível de moralidade fiscal, pelo que a hipótese enunciada não é corroborada.

## **6. A *tax morale* e os fatores psicológicos**

No estudo da relação entre a *tax morale* e os fatores psicológicos, pretendemos analisar a relação entre o nível de confiança quer no Governo, quer no sistema judicial/ tribunais, assim como da felicidade e a taxa de moralidade fiscal.

No que toca à questão relativa ao nível de confiança no governo, das respostas das 130 pessoas distribuíram-se por cinco opções disponíveis: 44 (32,8%) não depositam nenhuma confiança, 59 (44%) pouca confiança, 22 (16,4%) alguma confiança, 1 (0,7%) muito confiança, 4 (3%) não respondeu. Verifica-se assim, maior frequência de pessoas com um baixo nível de confiança no governo.

Quanto à questão relativa ao nível de confiança no sistema judicial/ tribunais, as respostas das 130 pessoas distribuíram-se por cinco opções disponíveis: 20 (14,9%) não depositam nenhuma confiança, 63 (47%) pouca confiança, 36 (26,9%) alguma confiança, 6 (4,5%) muito confiança, 4 (3%) não respondeu. Verifica-se assim, maior frequência de pessoas com um nível de confiança no sistema judicial/ tribunais.

Uma última questão, relativa ao nível de felicidade das pessoas, as 134 respostas dadas distribuíram-se por cinco opções: 35 (26,1%) caracterizaram que todos os aspetos da sua vida são muito felizes, 88 (65,7%) felizes, 7 (5,2%) pouco felizes, 3 (2,2%) pouco felizes e 1 (0,7%) não respondeu. Na generalidade, as pessoas tendem a considerar que todos os aspetos da sua vida denotam felicidade.

A presente análise foi efetuada com base nos índices dos fatores e scores de cada variável através do coeficiente de correlação de Spearman ( $r_s$ ), uma vez que as variáveis violavam os pressupostos da normalidade.

Os resultados que apresentamos na tabela 13 sugerem que a confiança no Governo está positivamente relacionada com o nível de moralidade fiscal, mas apenas na dimensão medida na pelo fator 1 do inquérito ( $r_s=0,297, p=.001$ ). Ou seja, quanto maior é a confiança depositada no Governo, maior é o nível de moralidade fiscal.

Assim, a hipótese de que a confiança no Governo está positivamente relacionada com o nível de moralidade fiscal foi parcialmente corroborada. Nos resultados do presente estudo não encontramos diferenças estatisticamente significativas em nenhuma

das dimensões de moralidade fiscal analisadas. Contrariamente à hipótese que enunciamos de que a felicidade está positivamente relacionada com o nível de moralidade fiscal, verificamos que esta se encontra negativamente associada e de forma estatisticamente significativa com o nível de moralidade fiscal aferido pela questão de fugir aos impostos por iniciativa própria ( $r_s = -0,321, p < .001$ ). No entanto, não encontramos mais nenhum efeito estatisticamente significativo para as restantes dimensões em análise. Este resultado significativo sugere que quanto maior a perceção de felicidade em vários aspetos da vida, menor é a moralidade fiscal por iniciativa do contribuinte.

**Tabela 13: Correlações entre as variáveis da *tax morale* e dos fatores psicológicos (n=114)**

Variáveis	Coefficiente de correlação Ró de Spearman	Valor <i>p</i>
<i>Tax morale</i> TOS 1 vs. Confiança no Governo	<b>,297**</b>	<b>,001</b>
<i>Tax morale</i> TOS 2 vs. Confiança no Governo	,104	,269
<i>Tax morale</i> WVS vs. Confiança no Governo	,134	,156
<i>Tax morale</i> TOS 1 vs. Confiança no sistema judicial /tribunais	,054	,569
<i>Tax morale</i> TOS 2 vs. Confiança no sistema judicial /tribunais	-,033	,726
<i>Tax morale</i> WVS vs. Confiança no sistema judicial /tribunais	,011	,908
<i>Tax morale</i> TOS 1 vs Felicidade	<b>-,321**</b>	<b>,000</b>
<i>Tax morale</i> TOS 2 vs. Felicidade	-,075	,426
<i>Tax morale</i> WVS vs. Felicidade	,044	,639

## 7. Relação entre a *tax morale* e a evasão fiscal

Procedemos à análise da correlação entre a variável *tax morale*, definida pelos três fatores em análise, e as variáveis categóricas da evasão fiscal aqui em estudo, ou seja, o exagero das despesas declaradas e a subdeclaração de rendimentos

Assim, a análise foi efetuada com base, respetivamente, nos índices dos fatores e scores de cada variável através do coeficiente de correlação de Spearman ( $r_s$ ), uma vez que as variáveis violavam os pressupostos da normalidade. A tabela 12 apresenta resumidamente os resultados da referida correlação.

**Tabela 14: Correlações entre as variáveis da *tax morale* e da evasão fiscal (n=111).**

Variáveis	Coeficiente de correlação Ró de Spearman	Valor <i>p</i>
<i>Tax morale</i> TOS 1 vs. exagerar as despesas declarada	-,255**	,007
<i>Tax morale</i> TOS 2 vs. exagerar as despesas declaradas	-,178	,061
<i>Tax morale</i> WVS vs. exagerar as despesas declaradas	-,063	,512
<i>Tax morale</i> TOS 1 vs subdeclaração de rendimentos	-,254**	,007
<i>Tax morale</i> TOS 2 vs. subdeclaração de rendimentos	-,048	,620
<i>Tax morale</i> WVS vs. subdeclaração de rendimentos	-,094	,327

Analisando a tabela 12 constatamos que apenas existe uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a *tax morale* TOS 1 e o exagero de despesas declaradas ( $r_s=-.255$ ) e a *tax morale* TOS 1 e a subdeclaração de rendimentos ( $r_s=-.254$ ).

Este resultado sugere que quanto menor o nível de moralidade fiscal mais aceitável se considera a evasão fiscal quer exagerando as despesas que declara, quer subdeclarando os seus rendimentos. Assim, as hipóteses que colocámos são corroboradas, mas apenas na dimensão aferida pela questão 24 do questionário aplicado.

No que se refere às restantes dimensões da moralidade fiscal não foram encontradas resultados estatisticamente significativos, pelo que a hipótese enunciada foi parcialmente corroborada.

## Conclusão

O estudo da moralidade fiscal enquanto determinante da evasão fiscal, nas últimas décadas, tem sido objeto de múltiplos estudos teóricos e empíricos, tendo a investigação deste tema sofrido um enorme desenvolvimento sobretudo a partir dos anos 80 do século XX. Alguns académicos e investigadores têm-se debruçado sobre a questão dos sentimentos subjacentes ao pagamento dos impostos, procurando entender a formação de atitudes tolerantes à evasão fiscal e quais os fatores que as potencia.

O nível de moralidade fiscal, no presente estudo, foi aferido pela análise de ações ou omissões deliberadas realizadas pelo contribuinte, com o escopo de fugir aos impostos e lograr ganhos financeiros indevidos. Assim, o comportamento evasivo sobre o qual nos debruçamos materializa-se em atos evasivos planeados e atos evasivos oportunistas, na medida em que dependem da ocorrência de oportunidades externas.

O índice da economia não registada, também designada por economia paralela<sup>32</sup>, aumentou 4% em 2012, subindo de 25,49% (2011) para 26,74% do PIB oficial. A forte subida da produção não declarada é explicada pelo aumento da carga fiscal e da taxa de desemprego, mas também pela falha no combate à grande evasão fiscal. O índice, divulgado pelo Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF), da Faculdade de Economia do Porto, mostra que, em termos absolutos, o aumento da economia não registada ascendeu a cerca de mil milhões de euros, passando de 43,1 mil milhões de euros, em 2011, para 44,1 milhões de euros, em 2012.

Neste quadro, a evasão fiscal tem consequências significativas para a sociedade, embora, muitas vezes, os indivíduos a desvalorizem. Assim, são preocupantes os indicadores da taxa de moralidade fiscal, na medida em que tendem a refletir a perpetuação de atos evasivos.

Estudos realizados até ao momento procuram analisar a relação de inúmeros fatores com a moralidade fiscal. A saber: demográficos e pessoais, económicos, comportamentais e sociológicos, psicológicos e fatores políticos.

---

<sup>32</sup> A economia paralela ou Economia Não-Registada (ENR), trata-se de um fenómeno presente em todos os países do mundo, cuja complexidade e abrangência leva a dificuldades em defini-lo formalmente. A ENR engloba todas as atividades que possam ser classificadas nas seguintes categorias: economia subterrânea, economia informal, e economia ilegal. A definição mais abrangente de ENR, no sentido em que é capaz de abarcar todas as rubricas sobreditas, passa por considerar que engloba todas as transações económicas que contribuem para o PIB, mas que, por diversas razões, não são tidas em conta.

No trabalho de investigação desenvolvido e cujos resultados apresentamos nesta dissertação, procurámos analisar a influência desses fatores na taxa de moralidade fiscal da nossa amostra, mas também procurámos relacionar a taxa de moralidade fiscal com as atitudes evasivas. Desta forma, pretendemos contribuir para o desenvolvimento do saber no âmbito da *tax morale*. Nesta senda, o presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre a taxa de moralidade fiscal dos indivíduos da amostra, quer com algumas variáveis sociodemográficas, quer com a evasão fiscal.

Face o escopo da investigação, colocámos as seguintes hipóteses gerais, a saber: (i) a taxa de moralidade está relacionada com algumas variáveis sociodemográficas, económicas, políticas, (ii) a taxa de moralidade fiscal está negativamente relacionada com o recurso a atos evasivos.

No estudo empírico cujos resultados se apresentam nesta dissertação, seguimos uma metodologia do tipo quantitativa, de natureza exploratória e transversal, com base numa amostra do tipo não probabilística por conveniência, de dimensão igual a 134 inquiridos – em idade contributiva ativa –, recorrendo ao inquérito por questionário, o qual foi distribuído e recolhido, em papel, e, ainda, ao software SPSS v20 para o tratamento dos dados.

No que respeita à análise dos dados, e considerando o referencial teórico, as hipóteses de trabalho e a análise produzida, sublinhámos as seguintes conclusões:

1. A amostra é predominantemente constituída por indivíduos com idade média de 38,65 anos, do género feminino, casados, com escolaridade ao nível superior e com rendimento líquido mensal compreendido entre 501 a 1000 Euros;
2. Os contribuintes que equacionam a possibilidade de fugir aos impostos por sua iniciativa tendem também a aproveitar as oportunidades externas que possam surgir para não cumprirem as suas obrigações fiscais;
3. Os indivíduos da classe feminina não apresentam um nível de moralidade fiscal estatística e significativamente diferente dos indivíduos da classe masculina da mesma variável categórica;
4. Quando classificados os indivíduos em duas classes segundo a idade (abaixo e acima de 38 anos), não são encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ou classes em termos da variável *tax morale*;
5. O nível de escolaridade dos contribuintes não apresenta diferenças estatisticamente significativas em termos da *tax morale*;

6. Os indivíduos da classe casados não apresentam um nível de moralidade fiscal estatística e significativamente diferente dos indivíduos com a classe “outra situação” da mesma variável categórica;

7. Os indivíduos da classe trabalhadores remunerados não apresentam um nível de moralidade fiscal estatística e significativamente diferente dos indivíduos com a classe trabalhadores não remunerados da mesma variável categórica;

8. A moralidade fiscal não está relacionada com o nível de rendimento auferido pelo indivíduo;

9. O nível de moralidade fiscal não está relacionado com adesão à religião;

10. A moralidade fiscal está positivamente correlacionada com a confiança no Governo;

11. O nível de moralidade fiscal está negativamente relacionado com a felicidade dos indivíduos;

12. A moralidade fiscal está negativamente relacionada com a evasão fiscal.

Neste quadro, os resultados da nossa amostra mostram-se discordantes com os estudos já realizados, a não ser no referente à confiança no Governo, à correlação negativa entre a moralidade fiscal e a felicidade, bem como no que toca à confirmação da relação negativa entre a moralidade fiscal e a evasão fiscal.

Em suma, na senda da literatura, confirmamos na nossa amostra os seguintes resultados:

- os contribuintes que equacionam a possibilidade de fugir aos impostos por sua iniciativa tendem também a aproveitar as oportunidades externas que possam surgir para não cumprirem as suas obrigações fiscais;
- a confiança no Governo está positivamente relacionada com o nível de moralidade fiscal, mas apenas na dimensão medida na pelo fator 1 do inquérito;
- a felicidade encontra-se negativamente associada e de forma estatisticamente significativa com o nível de moralidade fiscal aferido pela questão de fugir aos impostos por iniciativa própria;
- quanto menor o nível de moralidade fiscal mais aceitável se considera a evasão fiscal quer exagerando as despesas que declara, quer subdeclarando os seus rendimentos.

Estes resultados não deixam de ser curiosos, na medida em que poderão ser reflexo da conjuntura atual, bem como da própria cultura nacional. Na nossa amostra, a moralidade fiscal relaciona-se negativamente com a felicidade, isto na circunstância dos atos serem planeados pelo contribuinte, quando o ato evasivo é motivado por

oportunidades externas, não foram encontrados resultados estatisticamente significativos.

Os resultados obtidos e a análise e discussão produzidas, designadamente no que respeita à influência da moralidade fiscal na felicidade dos indivíduos, permite-nos concluir que os resultados dos estudos internacionais poderão não ser validados na sociedade portuguesa.

Para terminar, importa, ainda, sublinhar algumas limitações com que nos deparámos no desenvolvimento do estudo, designadamente em sede da metodologia e da análise de dados. Relativamente à primeira, construímos e distribuímos um questionário bastante longo, pelo que supomos tratar-se de um possível motivo para alguns dos inquiridos não responderem a todas as questões, reduzindo o tamanho da amostra na análise dos dados. Por outro lado, utilizámos uma amostra não probabilística, o que condiciona fortemente a possibilidade de generalizar os resultados encontrados para o universo estudado, pelo que os mesmos devem ser interpretados com prudência e circunscritos ao respetivo contexto. Mais, a introdução de questões diretas sobre a prática de evasão fiscal poderá influenciar os resultados, podendo, assim, comprometer a validade do inquérito, ou seja, os resultados podem não medir corretamente a variável em estudo, a taxa de moralidade fiscal.

Em relação à análise dos dados, dada a extensão do questionário, acarretando uma imensidão de dados, não foi exequível, por motivos temporais, uma análise mais detalhada.

Finalmente, tendo em conta a discussão gerada no presente trabalho, julgamos que seria interessante, no futuro, analisar as relações entre os itens da variável *tax morale* e os itens das variáveis relativos ao ambiente sociocultural, à relação com a autoridade tributária e às racionalizações para agir de modo evasivo, de modo a melhorar a compreensão no que concerne à prevenção da evasão fiscal. Embora cientes de que os dados obtidos dariam para efetuar outro tipo de análises, tivemos de optar por uma análise mais generalista, uma vez que a informação recolhida foi extensa e o tempo disponível reduzido.

Em suma, a evasão fiscal é um ato lesivo da própria sociedade mas, de um modo geral, justificado. No sentido de conhecer e melhor compreender esta realidade, o estudo da *tax morale* tem despontado nas últimas décadas, sendo, porém, ainda incipiente, pelo que a sua prossecução torna-se premente. Neste quadro, pretendemos que este trabalho tenha contribuído para um melhor conhecimento da *tax morale* e das

suas principais determinantes, enfatizando-se a necessidade de encetar mais investigações sobre este fenómeno.



## Referências Bibliográficas

Abrieu, J.-C. (1984). *A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction*. Em Moscovici & R. Farr (Eds.), *Social representations*, 223-50, Cambridge University Press.

Ajzen, I. (1991). *The theory of planned behavior*, 179-211, *Organizational Behavior and Human Decision Processes*.

Ajzen, I. (1993). *Attitude theory and the attitude-behavior relation*. Em D. Krebs & P. Schmidt (Eds.), *New directions in attitude measurement*, 41-57, New York: de Gruyter.

Ajzen, I. & Fishbein, M. (1980). *Understanding Attitudes and Predicting Social Behaviour*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

Allingham, M. G. & Sandmo, A. (1972). *Income tax evasion: A theoretical analysis*., 323-338, *Journal of Public Economics*.

Alm, J. e Gomez, J. L. (2008). *Social Capital and Tax Morale in Spain*, 73-87, *Economic Analysis & Policy*.

Alm, J., Martinez- Vazquez, J. e Torgler, B. (2006). *The evolution of tax morale in Russia in the 90s.*, *National Tax Association Papers and Proceedings*.

Alm, J., McClelland, G.H., & Schulze, W.D. (1999). *Changing the social norm of tax compliance by voting*, 141-71, *Kyklos*.

Alm, J., McClelland, G. H. & Schulze, W.D. (1992). *Why do people pay taxes?*, 21-48, *Journal of Public Economics*.

Alm, J., Sanchez, I. & De Juan, A. (1995). *Economic and Noneconomic Factors in Tax Compliance*, 3-18, *Kyklos*.

Alm, J. & Torgler, B. (2006). *Culture differences and tax morale in the United States and in Europe.*, 224-46, Journal of Economic Psychology.

Anderson, G. M. & Tollison, R.D. (1992). *Morality and Monopoly: The Constitutional Political Economy of Religious Rules.*, 373-91, Cato Journal.

Andreoni, J., Erard, B., & Feinstein, J.S. (1998). *Tax compliance.*, 818-60, Journal of Economic Literature.

Antonides, G. & Robben, H.S.J. (1995). *True positives and false alarms in the detection of tax evasion.*, 617-40, Journal of Economics Psychology.

Antunes, F. (2006). *A Evasão Fiscal e o Crime de Fraude Fiscal no Sistema Legal Português*, Estudos de Direito Fiscal, Teses Seleccionadas do I Curso de Pós-Graduação em Direito Fiscal, Almedina.

Autores Vários, *Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários*, Volume I, Problemas Gerais; Volumes II, Problemas Especiais e Volume III, Coimbra Editora, 1998, 1999, 2009.

Baldry, J. C. (1987). *Income tax evasion and the tax schedule: Some experimental results.*, 357-83, Public Finance.

Bandura, A. (1977). *Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioural change.*, 191-215, Psychological Review.

Barber, B.M., & Odean, T. (2004). *Are individual investors tax savvy? Evidence from retail and discount brokerage accounts.*, 419-42, Journal of Public Economics.

Bartelsman, E.J., & Beetsma, R.M.W.J. (2003). *Why pay more? Corporate tax avoidance through transfer pricing in OECD countries.*, 225-52, Journal of Public Economics.

Beck, P.J., Davis, J.S. & Jung, W.-O (1991). *Experimental evidence on taxpayer reporting under uncertainty.*, 535-58, Accounting Review.

Becker, G. (1968). *Crime and punishment: An economic approach.*, 169-217, The Journal of Political Economy.

Blumenthal, M., & Christian, C. (2004). *Tax preparers.* Em H.J. Aaron & J. Slemrod (Eds.), *The crisis in tax administration*, 201-29, Washington, DC: Brookings Institution Press.

Bosco, L. & Slemrod, J. (1997). *Tax Evasion and Moral Constraints: some Experimental Evidence.*, 297-324, Kyklos.

Braithwaite, J. (2003). *Large business and the compliance model.* Em V. Braithwaite (Ed.), *Taxing democracy. Understanding tax avoidance and evasion*, 177-202, Aldershot: Ashgate.

Braithwaite, J. (2006). *Markets in Vice, Markets in Virtue*, 494–495, Economic Record.

Braithwaite, V. (2003a). *Dancing with the authorities: Motivational postures and non-compliant actions.* Em V. Braithwaite (Ed.), *Taxing Democracy: Understanding Avoidance and Evasion*, 15-39, Aldershot: Ashgate.

Braithwaite, V. (2003b). *A new approach to tax compliance*”, Em V. Braithwaite (ed.), *Taxing democracy. Understanding tax avoidance and tax evasion*, 1-11, Aldershot: Ashgate.

Braithwaite, V. (2003c). *Perceptions of who's not paying their fair share*, 335-62, Australian Journal of Social Issues.

Brandstätter, H. (1994). *Determinanten der Steuerhinterziehung: Ergebnisse der experimentellen Psychologie.* Em C. Smekal & E. Theurl (Eds.), *Stand und Entwicklung der Finanzpsychologie*, 213-45, Baden-Baden: Nomos.

Brehm, J. W. (1966). *A theory of psychological reactance.*, New York: Academic Press.

Brooks, N., & Doob, A.N. (1990). *Tax evasion: Searching for a theory of compliant behavior*. Em M.L. Friedland (Ed.), *Securing compliance: seven case studies*., Toronto: University of Toronto Press.

Calderwood, G., & Webley, P. (1992). *Who responds to changes in taxation? The relationship between taxation and incentive to work*., 735-48, Journal of Economic Psychology.

Campos, D. Leite de & Campos, M. L. (1997). *Direito Tributário*, Almedina, Coimbra.

Cavalcanti, Tiago (2010). *Economia paralela não devia ultrapassar 15% do PIB, dizem economistas*. Disponível em (16-01-2012): <http://www1.ionline.pt/conteudo/76816-economia-paralela-nao-devia-ultrapassar-15-do-pib-dizem-economistas>.

Christopoulos, D.K. (2003). *Does underground economy respond symmetrically to tax change? Evidence from Greece*., 563-70, Economic Modelling.

Costa, J.M. Cardoso da (1970). *Curso de Direito Fiscal*, Almedina, Coimbra.

Courakis, N. (2001). *Financial crime today: Greece as na European case study*., 197-219, European Journal of Crminal Policy and Research.

Cruz, J. (2008). *Economia e Política: Uma abordagem dialéctica da escolha pública*, Coimbra Editora.

Cunha, P. (1998). *A Fraude Fiscal no Direito Português*”, Revista Jurídica n.º 22.

Dell’Anno, R. (2007). *The shadow economy in Portugal: an analysis with the mimic approach*., 253-277, Journal of Applied Economics.

Dhami, S. & al-Nowaihi, A. (2004). *Why do people pay taxes? An explanation based on loss aversion and overweighting of low probabilities*. Em J. Leitaó (Ed.), NEP Reporto Macroeconomics (<http://lists.repec.org>).

Dória, António Roberto Sampaio (1970). *A evasão fiscal legítima: conceito e problemas*, Ciência e Técnica Fiscal.

Eagly, A. H., e Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes.*, Fort Worth, TX: Harcourt Brace.

Edlund, J. (2003). *Attitudes towards taxation: Ignorant and incoherent?*, 145-67 Scandinavian Political Studies.

Eriksen, K., & Fallan, L. (1996). *Tax knowledge and attitudes towards taxation: A report on a quasi-experiment*, 387-402, Journal of Economic Psychology.

Falkinger, J. (1988). *Tax evasion and equity: A theoretical analysis.*, 388-95, Public Finance.

Feld, L.P. & Frey, B. S. (2002). *Trust breeds trust: How taxpayers are treated.*, 87-99, Economics of governance.

Feld, L.P. & Tyran, J. R. (2002). *Tax evasion and voting: Na experimental analysis.*, 197-222, Kyklos.

Fehr, E., Fischbacher, U., & Gächter, S. (2002). *Strong reciprocity, human cooperation, and the enforcement of social norms.*, 1-25, Human Natures.

Fehr, E., & Gächter, S. (1998). *Reciprocity and economics. The economic implications of homo reciprocans.*, 845-59, European Economic Review.

Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research.*, Reading, MA: Addison-Wesley.

Fortin, B., Lacroix, G. & Villeval, M.C. (2007). *Tax evasion and social interactions*”, *Journal of Public Economics*, 2089-2112.

Franzoni, L.A. (2000). *Tax evasion and tax compliance.*, Em B. Bouckaert & G. De Geest (Eds.), *Enciclopedia of Law and Economics*, 51-94, Chaltenham: Edward Elgar.

Freiburg, A. (1986). *Enforcement discretion and taxation offences*, 55-91, Australian Tax Forum.

Freitas Pereira, M. (2005). *Fiscalidade*, Almedina.

Frey, B.S. (2003). *Deterrence and tax morale in European Union*, 385-406, European Review.

Frey, B. S. & Feld, L. P. (2002). *Deterrence and Morale in Taxation in the European Union*. Jelle Zijlstra Lecture, Netherlands Institute of Advanced Study in the Humanities and Social Science (NIAS).

Frey, B. S. & Schneider, F. (2000). *Informal and Underground Economy*. Em Orley Ashenfelter (Ed.), *International Encyclopedia of Social and Behavioral Science*, Amsterdam: Elsevier Science Publishing Company.

Frey, B. S. (1997). *Not Just for the Money: Na Economic Theory of Personal Motivation.*, Cheltenham, UK, Edward Elgar Publishing.

Frey, B. & H. Weck-Hanneman (1983). *What Produces a Hidden Economy? An International Cross Section Analysis.*, 822-832, Southern Economic Journal.

Furnham, A. (2005). *Understanding the meaning of tax: Young peoples's knowledge of the principles of taxation.*, 703-13, Journal of Socio-Economics.

Gomes, N. (2000). *Evasão Fiscal, Infracção Fiscal e Processo Penal Fiscal*, Rei dos Livros.

Gomes, N. (1998). *A Criminalização das Infracções Tributárias*. Em *Ciência e Técnica Fiscal*.

Gonçalves, Nuno (2010). *A Economia Não-Registada em Portugal*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento.

Graetz, M.J. & Wilde, L.L. (1985). *The economics of tax compliance: Fact and fantasy.*, 355-363, National Tax Journal.

Grasmick, H.G., Bursik, R. J. & Cochran, J. K. (1991). *Render unto Caesar what is Caesar's: Religiosity and taxpayers' inclination to cheat*, 251-266, The Sociological Quarterly.

Grimm, O. (2005). *Gespenst der Flat Tax geht um.*, Die Presse.

Groenland, E.A.G., & van Veldhoven, G.M. (1983). *Tax evasion behavior: A psychological framework.*, 129-44, Journal of Economic Psychology.

Güth, W., Levati, V. & Sausgruber, R. (2005). *Tax morale and (de-)centralization: An experimental study*, 171-188, Public Choice.

Hagan, F. E. (2006). *Research Methods in Criminal Justice and Criminology*, EUA: Allyn and Bacon.

Hardin, R. (1988). *Morality within the Limits of Reason*, University of Chicago Press, Chicago.

Hasseldine, J.D., & Bebbington, K.J. (1991). *Blending economic deterrence and fiscal psychology models in the design of responses to tax evasion: The New Zealand experience*, 299-324, Journal of Economic Psychology.

Hasseldine, J.D., & Li, Z. (1999). *More tax evasion research required in new millenium*, 91-104, Crime Law and Social Change.

Hill, M. M. & Hill, A. (2012). *Investigação por Questionário*, Lisboa: Edições Sílabo.

Jackson, B. R. & Milliron, V. C. (1986). *Tax compliance research: Findings, problems, and prospects.*, 125-165, Journal of Accounting Literature.

Kemp, S. (2004). *Preferences for funding particular government services from flat or progressive tax.*, Paper presented at the Joint SABE/IAREP Annual Colloquium, Philadelphia, PA.

Kim, S. (2008). *Does political intention affect tax evasion?* Aldershot: Avebury.

Kinsey, K.A., & Grasmick, H. G. (1993). *Did the tax reform act of 1986 improve compliance? Three studies of pre- and post-TRA compliance attitudes.*, 239-325, Law and Policy.

Kirchler, E. (2007). *The Economic Psychology of Tax Behaviour*, 28-202, Cambridge University Press.

Kirchler, E., Maciejovsky, B. & Schneider, F. (2003). *Everyday representations of tax avoidance, tax evasions and tax flight: Do legal differences matter?*, 535-553, Journal of Economic Psychology.

Kirchler, E. (1998). *Differential representations of taxes: Analysis of free associations and judgements of five employment groups.*, 117-31, Journal of Socio-Economics.

Kirchler, E., & Berger, M.M. (1998). *Macht die Gelegenheit den Dieb?*, Em Jahrbuch für Absatz-und Konsumentenforschung, 439-62.

Leite de Campos, D.; Silva Rodrigues, B. & Lopes de Sousa, J. (2003). *Lei Geral Tributária Anotada*, Vislis.

Lenartova, G. (2003). *Prepared tax reform in the Slovak Republic according to the criteria of tax theory and practice.*, Ekonomicky Casopis.

Lewis, A. (1982). *The Psychology of Taxation*. Oxford: Martin Robertson.

Lewis, A. (1978). *Perception of tax rates.*, 358-66, British Tax Review.

Lima Guerreiro, A. (2001). *Lei Geral Tributária Anotada*, Editora Rei dos Livros.



Lima, M. P. (1995). *Inquérito Sociológico. Problemas de Metodologia* (4ª edição), Lisboa: Editorial Presença.

Loayza, N.V. (1996). *The Economics of the Informal Sector: a Simple Model and Some Empirical Evidence from Latin America.*, 129-162, Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy.

Lopes, C. M. M. (2003). *Simplicidade e Complexidade do Sistema Fiscal: algumas reflexões*, Em Fiscalidade, Instituto Superior de Gestão.

Lopes, C. M. M. (2006). *Os custos de cumprimento no sistema fiscal português: uma análise da tributação do rendimento*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento.

Lopes de Sousa, J. & Simas Santos, M. (2010). *Regime Geral das Infrações Tributárias anotado*, Áreas Editora.

Lubian, D. & Zarri, L (2011). *Happiness and tax morale: An empirical analysis.*, J. Econ. Behav. Organ.

Marôco, J. (2010). *Análise Estatística – Com Utilização do SPSS* (3.ª edição, revista e aumentada), Lisboa: Edições Sílabo.

Martinez-Vazquez, J. & Torgler, B. (2009). *The Evolution of Tax Morale in Modern Spain*, 1-28, Journal of Economic Issues.

Mason, R. & Calvin, L.D. (1978). *A study of admitted income tax evasion.*, 73-89, Law and Society Review.

McCaffery, E.J., & Baron, J. (2004). *Framing and Taxation: Evaluation of tax policies involving household composition.*, 679-705, Journal of Economic Psychology.

McKerchar, M. (1995). *Undersatanding small business taxpayers: Their sources of information and level of knowledge of taxation.*, 25-41, Australian Tax Forum.

McKerchar, M. (2001). *The study of income tax complexity and unintentional noncompliance: Research method and preliminar findings.*, ATAX Discussion paper. University of Sydney, Orange.

Meier, K., & Kirchler, E. (1998). *Social Representations of the euro in Austria.*, 755-74, Journal of Economic Psychology.

Menezes de Leitão, L. (1999). *Estudos de Direito Fiscal*, Almedina, Coimbra.

Milliron, V., & Toy, D. (1988). *Tax compliance: Na investigation of key features*, 84-104, Journal of the American Taxation Association.

Molero, J. C. & Pujol, F. (2005). *Walking inside the potential tax evader's mind. The case of Spain*, Fiscal Studies.

Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public.*, Paris: Presse Universitaire de France.

Moser, H. (1994). *Zur Kritik der Sprache von Gesetzen. Anmerkungen eines Sprachwissenschaftlers.*, Em C. Smekal & E. Theurl (Eds.), Stand und Entwicklung der Finanzpsychologie, 171-84, Baden-Baden: Nomos.

Mota Lopes, C. (2008). *Quanto custa pagar impostos em Portugal? Os custos da tributação do rendimento*, Almedina, Coimbra.

Nabais, José Casalta (1998). *O dever fundamental de pagar impostos*, Coimbra, Almedina.

Nabais, José Casalta (2004). *Avaliação Indirecta e Manifestações de Fortuna na Luta Contra a Evasão Fiscal*, Direito e Cidadania.

Nabais, José Casalta (2006). *Direito Fiscal*, Almedina, Coimbra.

Neto, S. (2004). *Introdução ao Processo Tributário*, Instituto Superior de Gestão.

Neves, Ricardo (2011). *A Evasão Fiscal das Empresas em Portugal – Efeitos Reflexos na Tributação de IRS*. Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Tese de Mestrado não publicada.

Niemirowski, P., Baldwin, S. e Wearing, A. (2001). *Thirty years of tax compliance research: Of what use is it to the ATO?*. Em Walpole & C. Evans (eds.), *Tax administration in 21st century*, 199-214, St Leonards: Prospect Media.

OECD (2002). *Measuring the Non-Observed Economy*, A Handbook, Paris.

Orviska, M., & Hudson, J. (2003). *Tax evasion, civic duty and the law abiding citizen*, 83-102, European Journal of Political Economy.

Owens, J., & Hamilton, S. (2004). *Experience and innovations in other countries*. Em H.J. Aaron & J. Slemrod (Eds.), *The crisis in tax administration*, 347-88, Washington, DC: Brookings Institution Press.

Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto: Areal Editores.

Pereira, Manuel (2005). *Fiscalidade*, Almedina.

Pinto, F.R. (2008). *Evasão Fiscal e Estratégia Empresarial: A percepção de empresários brasileiros*, Tese de Mestrado depositada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Pombo, Nuno (2007). *A Fraude Fiscal.*, Coimbra: Almedina.

Pommerehne, W. W. & Weck-Hannemann, H. (1996). *Tax rates, tax administration and income tax evasion in Switzerland*, 161-170, Public Choice.

Pommerehne, W. W., Hart, A. & Frey, B. S. (1994). *Tax morale, tax evasion and the choice of policy instruments in different political systems*, 52-69, Public Finance.

Porcano, T.M. (1988). *Correlates of tax evasion*, 47-67, Journal of Economic Psychologie.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Rawlings, G. (2003). *Cultural narratives of taxation and citizenship: Fairness, groups and globalisation*, 269-306, Australian Journal of Social Issues.

Reckers, P.M.J., Sanders, D.L., & Roark, S.J. (1994). *The influence of ethical attitudes on taxpayer compliance.*, 825-36, National Tax Journal.

Reis, Marta (2010). *Economia paralela não devia ultrapassar 15% do PIB, dizem economistas*. Disponível em (16-01-2012): <http://www1.ionline.pt/conteudo/76816-economia-paralela-nao-devia-ultrapassar-15-do-pib-dizem-economistas>.

Richardson, G (2006). *Determinants of tax evasion: A cross-country investigation.*, 150-169, Journal of International Accounting, Auditing and Taxation.

Richardson, M. & Sawyer, A. (2001). *A taxonomy of the tax compliance literature: Further findings, problems and prospects.*, 137-320, Australian tax Forum.

Roberts, M.L., Hite, P.A., & Bradley, C.F. (1994). *Understanding attitudes toward progressive taxation.*, 137-320, Public Opinion Quaterly.

Rosa, Manuel Cortes (1999). *Natureza Jurídica das Penas Fiscais*, Direito Penal Económico e Europeu: textos doutrinários, Coimbra Editora.

Roth, J.A., Scholz, J.T. & Witte, A.D. (Eds.). (1989). *Taxpayer Compliance*, Vol. 1 e 2, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Sakurai, Y., & Braithwaite, V. (2003). *Taxpayers' perceptions of practitioners: Finding one who is effective and does the right thing?*, 375-87, Journal of Business Ethics.

Schepanski, A., & Shearer, T. (1995). *A prospect theory account of the income tax withholding phenomenon*, 174-86, *Organizational Behavior and Human Decision Processes*.

Schmölders, G. (1959). *Fiscal psychology: A new branch of public finance*, 340-5, *National Tax Journal*.

Schmölders, G. (1960). *“Das Irrationale in der öffentlichen Finanzwirtschaft.”*, Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Schneider, F. (2010). “The Influence of the economic crisis on the shadow economy in Germany, Greece and other OECD – countries in 2010: What can be done?”. Disponível em (04-01-2012): [http://www.economics.jku.at/members/Schneider/files/publications/LatestResearch2010/ShadEcGreece\\_Sept2010.pdf](http://www.economics.jku.at/members/Schneider/files/publications/LatestResearch2010/ShadEcGreece_Sept2010.pdf)

Schneider, F. (2006). *Shadow Economies and Corruption all over the world: What Do We Really Know?*, Discussion Paper N.º 2315, IZA. Disponível em 02-01-2012 em <http://ftp.iza.org/dp2315.pdf>

Schneider, F. (2005). *Shadow economies around the world: what do we really know?*, 598-642, *European Journal of Political Economy*.

Schneider, F. (2003). *Zunehmende Schattenwirtschaft in Deutschland: Eine wirtschafts- und staatspolitische Herausforderung.*, 148-59, *Vierteljahreshefte zur Wirtschaftsforschung*.

Schneider, F. (2000). *Illegal Activities, but Still Value Added Ones (?): Size, Causes, and Measurement of the Shadow Economies all over the World.*, Working Paper No. 305, CES. Disponível em (03-01-2012): [http://www.cesifo-group.de/DocCIDL/cesifo\\_wp305.pdf](http://www.cesifo-group.de/DocCIDL/cesifo_wp305.pdf)

Schneider, F. & D. H. Enste (2000). *Shadow Economies: Size, Causes and Consequences.*, 77-114, *The Journal of Economic Literature*.

Schneider, F., & Klinglmair, R. (2004). *Shadow economics around the world: what do we know?*, Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=518526](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=518526).

Scholz, J. T. & Pinney, N. (1995). *Duty, Fear and Tax Compliance: The Heuristic Basis of Citizenship Behavior.*, 490-512, American Journal of Political Science.

Schwartz, R. & Orleans, S. (1967). *On legal sanctions.*, 282-300, University of Chicago Law Review.

Seldon, A. (1979). *Tax avoision: The economic legal and moral inter-relationships between avoidance and evasion.* London: Institute of Economic Affairs.

Seligman, M. (1992). *Helpness.* New York: Freeman.

Shelak, B.J. (1997). *The impact f the U.S. underground activity. A note relating to the impact on state finances.*, 113-17, Journal of Government Information.

Slemrod, J., Blumenthal, M., & Christian, C. (2001). *Taxpayer response to an increased probability of audit: Evidence from a controlled experimete in Minnesota*, 455-83, Journal of Public Economics.

Smith, K. W. & Kinsey, K.A. (1987). *Understanding taxpayer behaviour: A conceptual framework with implications for research.*, 640-663, Law and Society Review.

Soares, D. D. (2004). *Percepção Social da Fiscalidade em Portugal*, Um estudo Exploratório, Almedina.

Song, Y. & Yarborough, T. (1978). *Tax ethics and taxpayer attitudes: A survey.*, 442-452, Public Administration Review.

Sousa, Alfredo José de (1999). *Direito Penal Fiscal- uma perspectiva*, Direito Penal Económico e Europeu: textos doutrinários, Vol.II, Coimbra, Coimbra Editora.

Spicer, M.W. & Becker, L. A. (1980). *Fiscal inequity and tax evasion: An experimental approach.*, 171-175, National Tax Journal.

Spicer, M.W. & Lundstedt, S. B. (1976). *Understanding Tax Evasion.*, 295- 305, Public Finance.

Srinivasan, T.N. (1973). *Tax evasion: A model*, 339-46, Journal of Public Economics.

Strümpel, B. (1969). *The contribution of survey research to public finance.*, Em A. T. Peacock (Ed.), *Quantitative analysis in public finance*, 13-38, New York: Praeger.

Tanzi, V. (1982). *A Second (and More Skeptical) Look at the Underground Economy in the United States.* Em *The Underground Economy in the United States and Abroad*, Vito Tanzi (Ed.), 103-118, Lexington Books.

Tanzi, V. (1999). *Uses and Abuses of Estimates of the Underground Economy.*, 338-347, The Economic Journal.

Tanzi, V. (2009). *The role of the state and public finance*, 21-62, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal.

Taylor, N. (2003). *Understanding taxpayer attitudes through understanding taxpayer identities.* Em V. Braithwaite (ed.), *Taxing democracy. Understanding tax avoidance and evasion*, 71-92, Aldershot: Ashgate.

Thorndike, J.J., & Ventry, D.J.J. (2002). *Tax Justice: The ongoing debate.*, Washington, DC: The Urban Institute Press.

Title, C. (1980). *Sanctions and social deviance: The question of deterrence.*, New York: Praeger.

Torgler, B. & Schneider, F. (2007). *What shapes attitudes toward paying taxes? Evidence from multicultural European countries.*, 443-470, Social Science Quarterly.

Torgler, B. & Murphy, K. (2004). *Tax morale in Australia: What shapes it and has it changed over the time?*, 298-335.

Torgler, B. & Murphy, K. (2004). *Does culture influence tax morale? Evidence from European countries.*, CREMA Working Paper No. 2004-17. Basel: Center of Research in Economics, Management and Arts.

Torgler, B. & Murphy, K. (2005). *Attitudes Towards Paying Taxes in Austria: An Empirical Analysis*, 231-250, *Empirica*.

Torgler, B. (2001a). *What do we know about tax morale and tax compliance?.*, 395-419, *Internacional Review of Economics and Business (RISEC)*.

Torgler, B. (2001b). *Is tax evasion never justifiable.*, 143-168, *Journal of Public Finance and Public Choice*.

Torgler, B. (2002). *Speaking to theorists and searching for facts: Tax morale and tax compliance in experiments*, 657-84, *Journal of Economic Surveys*.

Torgler, B. (2003). *Tax Morale, Rule-Governed Behaviour and Trust.*, 119-140, *Behaviour*.

Torgler, B. (2004). *Moral suasion: An alternative tax policy strategy? Evidence from a controlled field experiment in Switzerland*, 235-253, *Economics of Governance*.

Torgler, B. (2005). *Tax morale and direct democracy.*, 525-531, *European Journal of Political Economy*.

Torgler, B. (2006). *The importance of faith: Tax morale and religiosity.*, 81-109, *Journal of Economic Behavior & Organization*.

Trivedi, V.U., Shehata, M. & Lynn, B. (2003). *Impact of personal and situational factors on taxpayer compliance: An experimental analysis.*, 175-97, *Journal of Business Ethics*.

Tyler, T. R. (2000). *Why do people cooperate in groups?.* Em Van Vugt, M., Snyder, M., Tyler, T.R. & Biel, A. (Eds.), *Cooperation in Modern Society.*, 62-82, *Promoting the Welfare of Communities, States and organizations* Routledge, London.



Vogel, J. (1974). *Taxation and public opinion in Sweden: Na interpretation of recente survey data*, 499-513, National Tax Journal.

Wahlund, R. (1992). *Tax changes and economic behavior: The case of tax evasion.*, 657-77, Journal of Economic Psychology.

Wärneryd, K., & Walerud, B. (1982). *Taxes and economic behaviour: Some interview data on tax evasion in Sweden*, 187-211, Journal of Economic Psychology.

Webley, P., Robben, H.S.J., Elffers, H., & Hessing, D.J. (1991). *Tax evasion: Na experimental approach*, Cambridge: Cambridge University Press.

Weck, H. (1983). *Schattenwirtschaft: Eine Möglichkeit zur Einschränkung der öffentlichen Verwaltung?*“, Eine ökonomische Analyse, Finanzwissenschaftliche Schriften, Bern.

Weigel, R.H., Hessing, D.J. & Elffers, H. (1987). *Tax evasion research: A critical appraisal and theoretical model*, 215-35, Journal of Economic Psychology.

Wenzel, M. (2005). *Motivation or rationalisation? Causal relations between ethics, norms and tax compliance.*, 491-508, Journal of Economic Psychology.

Wilson, J.L.F., & Sheffrin, S. (2005). *Understanding surveys of taxpayer honesty.*, 256, Finanzarchiv.

Yaniv, G. (1990). *Tax evasion under differential taxation. The economics of income source misreporting.*, 327-37, Journal of public economics.

## **Anexo I**



**7. Quando está com pessoas amigas, com que frequência discutem assuntos políticos:**

Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca ☐

**8. Considerando todos os aspetos da sua vida, diria que é:**

Muito Feliz		Feliz		Pouco Feliz		Nada Feliz		NS		NR	
-------------	--	-------	--	-------------	--	------------	--	----	--	----	--

**9. Em termos gerais, como caracterizaria o seu estado de saúde atual?**

Muito bom ☐ Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐ Muito Mau ☐

NS		NR	
----	--	----	--

**10. Da seguinte lista de organizações e atividades voluntárias assinale com os respectivos números:**

**1 -** Aquela (s) a que pertence-, **2 -** Aquela (s) para que trabalha, atualmente, como voluntário(a) / não pago.

	1	2	NS	NR
Serviços Sociais para Idosos, Deficientes ou Pessoas Incapacitadas				
Organizações Religiosas ou ligadas à Igreja				
Educação, Artes, Música ou Atividades Culturais				
Sindicato				
Partidos ou Grupos Políticos				
Ações Comunitárias, locais de apoio à pobreza, ao emprego, ao alojamento, à igualdade social				
Desenvolvimento do Terceiro Mundo ou Direitos Humanos				
Património, Ambiente, Ecologia, Direitos dos Animais				
Associações Profissionais				
Trabalho para/com Jovens (ex. escuteiros, guias, clubes de jovens, etc.)				
Desporto e Recreio				
Grupos Femininos				
Movimentos para a Paz				
Organizações Voluntárias para promover a Saúde				
Outros Grupos				

**11. De uma forma geral, acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, acha que todo o cuidado é pouco?**

Pode-se confiar na maioria das pessoas ☐ Todo o cuidado é pouco ☐

NS		NR	
----	--	----	--

**12. Diga em que medida acha que as pessoas tentam aproveitar-se de si sempre que podem, ou pensa que são honestas?**

Como situaria a sua perspectiva na escala de 1 a 10, em que a 1 corresponde “As pessoas tentam aproveitar-se de mim” e 10 corresponde a “As pessoas são honestas”?

[illegible]

13. Acha que, na maior parte das vezes, as pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que tentam ajudar os outros?

Utilize a escala de 1 a 10, em que a 1 corresponde “As pessoas estão preocupadas com elas próprias” e a 10 corresponde “As pessoas tentam ajudar os outros”.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	NS	NR
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----

[illegible]

**14. Algumas pessoas sentem que têm total liberdade de escolha e capacidade de controlo sobre as suas vidas; outras sentem que as suas ações não têm qualquer efeito sobre aquilo que lhes acontece.**

Utilizando a escala de 1 a 10, diga, por favor, qual o grau de liberdade de escolha e capacidade de controlo que sente ter sobre aquilo que lhe acontece na vida. (a 1 corresponde “Nenhum”; a 10 corresponde “Muitíssimo”).

[illegible]

**15. Considerando todos os aspetos da sua vida, qual o grau de satisfação que sente atualmente? Utilize a escala de 1 a 10, em que a 1 corresponde “Insatisfeito” e a 10 corresponde “Satisfeito”.**

[illegible]

**16. Sem pensar muito, por favor, responda Falso (F) ou Verdadeiro (V) às seguintes afirmações.**

		F	V
a)	Por vezes, quando não consigo o que quero, fico chateado(a).		
b)	Já me aconteceu desistir de fazer certas coisas por pensar que não tinha capacidade para as fazer.		
c)	Já senti vontade de me revoltar contra pessoas com mais autoridade do que eu, apesar de saber que elas tinham razão.		
d)	Ouço sempre com muita atenção todas as pessoas com quem falo, sejam elas quem forem.		
e)	Já fingi estar doente para me safar de uma situação.		
f)	Já me aproveitei de outras pessoas para meu benefício próprio.		
g)	Quando cometo um erro, estou sempre disposto a admitir que o cometi.		
h)	Por vezes, tento vingar-me em vez de perdoar e esquecer.		
i)	Sou sempre simpático, mesmo que as pessoas sejam mal-educadas para mim.		
j)	Nunca me aborreci com pessoas que têm ideias contrárias às minhas.		
k)	Houve alturas em que tive bastante inveja da boa sorte dos outros.		
l)	Por vezes, fico irritado(a) com as pessoas que me pedem favores, de modo insistente.		
m)	Nunca disse coisas para magoar os sentimentos de outra pessoa.		

**17. Várias razões podem explicar porque é que algumas pessoas, em Portugal, vivem com dificuldades económicas.**

**Das quatro que a seguir se apresentam, diga qual a razão que, pessoalmente, considera mais importante, assinalando-a com o n.º 1; e a que considera ser a segunda mais importante, assinale com o n.º 2.**

Porque não têm sorte		Porque são preguiçosas ou não têm força de vontade		Porque a sociedade é injusta		Porque é uma consequência inevitável do progresso		Nenhuma destas razões			N S		N R	
----------------------	--	--	--	------------------------------	--	---	--	-----------------------	--	--	--------	--	--------	--

**Assinale com X, por favor, quais os aspetos que, pessoalmente, considera importantes no trabalho.**

Ser bem pago	
Ter um bom ambiente de trabalho com os colegas	
Não ser muito pressionado	
Um emprego seguro/ estável	
Um bom horário	
Possibilidade de ter iniciativa	
Um trabalho útil à sociedade	
Bons períodos de férias	
Possibilidade de contactar com pessoas	
Um trabalho em que sinta que pode realizar alguma coisa	
Um trabalho com responsabilidade (s)	
Um trabalho interessante	
Um trabalho em que possa usar as suas capacidades	
Aquisição de novas competências	
Articulação com a vida familiar	
Participação em decisões importantes	
Igualdade de tratamento no local de trabalho	

NS		NR	
----	--	----	--

(Se tem mais do que um trabalho remunerado, refira o trabalho principal)

<b>Com trabalho remunerado:</b>		NS	NR
30 ou mais horas por semana			
menos de 30 horas por semana			
trabalha por conta própria			

<b>Sem trabalho remunerado:</b>		NS	NR
A cumprir serviço militar			
Reformado(a)/Pensionista			
A fazer trabalho doméstico			
Estudante			
Desempregado(a)			
Invalído			

**Utilize a escala de 1 a 10, em que a 1 corresponde “Insatisfeito” e a 10 corresponde “Satisfeito”.**

[illegible]

Utilize a escala de 1 a 10, em que a 1 corresponde “Nenhum” e a 10 corresponde “Muitíssimo”.

[illegible]

**22. De entre os seguintes escalões, selecione aquele a que corresponde o seu rendimento líquido mensal.**

(rendimento líquido mensal – rendimento que recebe efetivamente todos os meses, já livre de impostos. Incluem-se os subsídios sociais).

De 0 a 500 Euros	De 501 a 1000 Euros	De 1001 a 1500 Euros	De 1501 a 2000 Euros	De 2001 a 2500 Euros	De 2501 a 3000 Euros	Mais de 3000 Euros

**23. Em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações:**

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	NS	NR
a) As pessoas têm que trabalhar para desenvolver plenamente as suas aptidões.							
b) É humilhante receber dinheiro sem ter trabalhado para isso.							
c) As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas.							
d)Trabalhar é um dever para com a sociedade.							
e) O trabalho devia ser sempre o mais importante, mesmo que isso significasse menos tempo livre.							

**24. Em que medida considera aceitáveis as seguintes afirmações:**

	Perfeitamente aceitável				Completamente inaceitável		NS	NR
	1	2	3	4	5	6		
Comprar ou trocar bens/ serviços com um amigo/vizinho e não revelar tal facto na declaração de rendimentos para efeitos fiscais								
Na declaração de IRS, declarar o rendimento principal, mas não incluir rendimentos de menor valor.								
Ser pago em dinheiro por um trabalho e não declarar na declaração de rendimentos.								
Não declarar rendimentos de aplicações ou juros que a Autoridade Tributária não consiga descobrir.								
Incluir despesas fictícias nos abatimentos permitidos por despesas em cuidados de saúde.								

**25. Não há nada de errado com a interpretação das áreas ambíguas da lei de tributação para sua própria vantagem. Por favor, aprecie cada uma das seguintes afirmações.**

	Concordo totalmente					Discordo totalmente	NS	NR
	6	5	4	3	2	1		
a) Atento o custo de vida hoje em dia, não há problema em “ajustar” a declaração de rendimentos por forma a equilibrar mais as contas.								

b) Não é tão errado fugir um pouco aos impostos, se o próprio Estado gasta mais do que pode.								
c) A probabilidade de ser apanhado é tão baixa que vale a pena tentar escapar-se aos impostos.								
d) Quando tenho dúvidas se tenho direito a uma dedução fiscal, faz sentido correr o risco e optar por considerá-la.								
e) Não é tão errado subdeclarar rendimentos, porque isso não afecta directamente a ninguém.								
f) Não há nada de errado com o aproveitamento das lacunas da legislação fiscal para obtenção de vantagens.								

**26. Passa-se, agora, a referir alguns aspetos que as pessoas podem considerar importantes na ocupação dos tempos de lazer. Diga, por favor, em que medida cada um deles é importante para si.**

(Tempo de lazer – o período de tempo durante o qual o inquirido não está a trabalhar, nem a realizar tarefas domésticas)

	A Conviver com pessoas simpáticas	Descontrair	Fazer o que me apetece	Aprender coisas novas
Muito importante				
Bastante importante				
Pouco importante				
Nada importante				
NS				
NR				

**27. As pessoas têm diferentes opiniões sobre o cumprimento de ordens no local de trabalho. Algumas pessoas acham que devemos cumprir as ordens dos nossos superiores mesmo quando não concordamos com elas. Outras acham que só devemos cumprir as ordens quando estamos convencidos de que são corretas.**

**Qual destas duas opiniões se aproxima mais da sua?**

	NS	NR
Temos que cumprir as ordens em quaisquer circunstâncias		
Devemos cumprir as ordens quando estamos convencidos de que elas são corretas		
Depende		

**28. Em que medida concorda ou discorda com cada umas das seguintes afirmações?**

	Concordo	Discordo	Nem concordo nem discordo	NS	NR
Quando os empregos são poucos, devia-se dar prioridade aos portugueses em relação aos imigrantes.					
Quando os empregos são poucos, os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres.					





Nunca ou quase nunca				
----------------------	--	--	--	--

**35. Acha que é importante a celebração religiosa dos seguintes acontecimentos?**

	Nascimento	Casamento	Morte
Sim			
Não			
NS			
NR			

**36. Independentemente de ir ou não à Igreja, diria que é...**

Uma pessoa religiosa	<input type="checkbox"/>	Uma pessoa não religiosa	<input type="checkbox"/>	Um ateu convicto	<input type="checkbox"/>	NS	<input type="checkbox"/>	NR	<input type="checkbox"/>
----------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	------------------	--------------------------	----	--------------------------	----	--------------------------

**37. Utilizando a seguinte escala, em que 1 significa “NENHUMA importância” e 10 “MUITA importância”, indique, por favor, qual a importância que Deus tem na sua vida.**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	NS	NR

**38. Apresentamos, agora, uma lista com uma série de aspetos que muitas pessoas acham importantes para garantir um casamento feliz. Diga, por favor, se acha cada um deles muito importante, importante ou nada importante para manter a felicidade no casamento.**

	Muito importante	Bastante importante	Pouco importante	Nada importante	NS	NR
A Fidelidade						
Um rendimento adequado						
Ter as mesmas origens sociais						
Partilhar as mesmas crenças religiosas						
Ter uma boa habitação						
Ter as mesmas opiniões políticas						
Viver separados dos sogros						
Ter satisfação na relação sexual						
Partilhar as tarefas domésticas						
Ter filhos						
Estar disposto a conversar sempre que haja problemas no casal						
Ter tempo disponível para estar com os seus amigos e dedicar-me aos seus passatempos e atividades						

**39. Concorda ou não com a seguinte afirmação: O casamento é uma instituição antiquada.**

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	NS	<input type="checkbox"/>	NR	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------	----	--------------------------	----	--------------------------

**40. Hoje em dia fala-se da mudança de papéis/funções entre homens e mulheres. Diga, por favor, se concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações.**

(Utilize a escala de 1 a 5, com os seguintes significados: 1 – Concordo Totalmente; 2 – Concordo; 3 – Nem concordo, nem discordo; 4 – Discordo; 5 – Discordo Totalmente; NS – Não sabe; NR – Não deseja responder)

	1	2	3	4	5	NS	NR
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa							
Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se							

a mãe trabalhar fora de casa							
Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos							
Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego							
A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego							
Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar.							
De uma forma geral, os pais são capazes de cuidar dos filhos tão bem como as mães							
Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos							

**41. Qual é o seu interesse por política?**

Muito ☐ Interesse      Algum ☐ Interesse      Pouco ☐ Interesse      Nenhum ☐ Interesse      NS ☐      NR ☐

**42. Da seguinte lista fazem parte uma série de qualidades que podem ser ensinadas às crianças em casa. Diga quais as que considera particularmente importantes. (Assinale com um X)**

	NS	NR
a) Ter boas maneiras		
b) Ser independente		
c) Ser trabalhador		
d) Sentido de responsabilidade		
e) Ter imaginação		
f) Ser tolerante e respeitar os outros		
g) Ser poupado com o dinheiro e com as coisas		
h) Ser determinado e perseverante		
i) Ter fé religiosa		
j) Não ser egoísta		
k) Ser obediente		

**43. Para cada uma das diferentes formas de ação política que a seguir se enunciam, diga se alguma vez fez, se não fez, mas admite fazer ou se não fez e não admite fazer em qualquer circunstância.**

	Sim, já fez	Não fez, mas admite fazer	Não fez e não admite fazer	NS	NR
Assinar uma petição ou um abaixo-assinado					
Participar em boicotes					
Participar em manifestações legais					
Participar em greves não legais					
Ocupar edifícios ou fábricas					

**44. Qual das seguintes afirmações corresponde melhor à sua opinião:**

- A) Acho que a liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse que escolher entre as duas, escolheria a liberdade, ou seja, cada um poder viver em liberdade e desenvolver-se à vontade.
- B) A liberdade e a igualdade são importantes. Mas, se tivesse que escolher entre as duas, escolheria a igualdade, ou seja, que ninguém seja desfavorecido e que as diferenças entre as classes sociais não sejam tão acentuadas.

Tende a concordar com a afirmação A	
Tende a concordar com a afirmação B	

NS	
NR	

**45. Em política as pessoas falam de esquerda e direita. Como se situaria, quanto às suas posições políticas, nesta escala em que 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

NS	NR

**46. Passa-se a elencar um conjunto de opiniões opostas sobre diferentes questões. Como é que se posicionaria face a cada um delas.**

As pessoas devem ser as principais responsáveis por assegurar a sua sobrevivência					O Estado deve ser o principal responsável em assegurar a sobrevivência de todos				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N	N
S	R

Os desempregados deviam aceitar qualquer emprego ou então perder o subsídio de desemprego					Os desempregados deviam ter o direito de recusar um emprego que não querem				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N	N
S	R

O Estado devia dar mais liberdade de ação às empresas.					O Estado devia controlar mais as empresas.				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N	N
S	R

A competição é uma coisa boa. Estimula as pessoas a trabalhar mais e a desenvolver novas ideias.					A competição é uma coisa má. As pessoas acabam por revelar o pior que há nelas.				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N	N
S	R

Os salários deveriam ser tanto quanto possível iguais.					Deveria haver mais incentivos para recompensar o esforço individual.				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N	N
S	R

A propriedade privada na indústria e nos negócios devia aumentar.					A propriedade do Estado na indústria e nos negócios devia aumentar.				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

N	N
S	R

**47. Por favor, indique aquela que melhor corresponde à sua opinião.**

A nossa sociedade deve ser radicalmente mudada através de ações revolucionárias	
A nossa sociedade deve ser mudada com base em reformas graduais	
A nossa sociedade deve ser mantida como está	

NS	
NR	

**48. Fala-se muito nos objetivos que Portugal deverá alcançar nos próximos 10 anos. Se tivesse que escolher, assinale com o n.º 1 o objetivo que considera mais importante e com o n.º 2 o segundo mais importante.**

Manter a ordem no país	
Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do Governo	
Combater o aumento dos preços	
Defender a liberdade de expressão	

NS	
NR	

**49. Segue-se uma lista de mudanças que podem vir a ocorrer num futuro próximo no nosso modo de vida.**

**Diga, para cada uma delas se acha que isso seria uma coisa boa, indiferente ou má.**

**a) Menos importância ao dinheiro e aos bens materiais**

Bom  Mau  Indiferente  NS  NR

**b) Mais respeito pela autoridade**

Bom  Mau  Indiferente  NS  NR

**50. Das seguintes instituições, diga, por favor, qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma delas.**

	Muita Confiança	Alguma Confiança	Pouca Confiança	Nenhuma Confiança	NS	NR
A igreja						
As forças armadas						
O sistema educativo						
A comunicação social/imprensa						
Os sindicatos						
A polícia						
O parlamento						
A administração pública						
(continuação)	Muita Confiança	Alguma Confiança	Pouca Confiança	Nenhuma Confiança	NS	NR
O sistema de segurança social						
A União Europeia						
A NATO						
A organização das nações unidas (ONU)						
O sistema nacional de saúde						
O sistema judicial/os tribunais						
As grandes empresas						
As organizações ambientalistas						
Os partidos políticos						
O governo						

**51. De uma forma geral, qual é o seu grau de satisfação com o modo como a democracia tem evoluído em Portugal?**

Muito Satisfeito ☐

Satisfeito ☐

Pouco Satisfeito ☐

Nada Satisfeito ☐

N		N	
S		R	

**52. As pessoas têm opiniões diferentes sobre a forma como os países deviam ser governados. Em relação a Portugal, como é que acha que o país está a ser governado, na seguinte escala, em que 1 significa “muito mal” e 10 “muito bem”?**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

NS	NR

**53. As pessoas têm opiniões diferentes sobre a forma como os países deviam ser governados. Em relação a Portugal como é que acha que o país está a ser governado, na seguinte escala, em que 1 significa muito mal e 10 muito bem?**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

NS	NR

**54. Por favor, indique a sua opinião.**

	Decididamente, não	Provavelmente, não	Provavelmente, sim	Com certeza que sim	NS	NR
Nos últimos cinco anos, exagerei um pouco na apresentação de despesas pra obter deduções ou benefícios fiscais (despesas de saúde, caridade, etc.), mesmo que tenha sido em valores muito pequenos.						
Nos últimos cinco anos, deixei de declarar alguns rendimentos, inda que de montantes muito pequenos.						

**55. Em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações:**

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	NS	NR
Quando alguém sabe alguma coisa que pode ajudar a justiça, deve informar as Autoridades.							
Cada um deve preocupar-se com a sua vida e não ligar muito ao que os outros dizem ou fazem.							

**56. Em que medida se preocupa com as condições em que vivem os seguintes grupos de pessoas:**

	A sua família	As pessoas do seu bairro	As pessoas da sua região	Os portugueses	Os europeus	A Humanidade
Muito						
Bastante						
Em certa medida						
Pouco						
Nada						

NS		NR	
----	--	----	--

**57. Diga como avalia cada uma das seguintes formas de governo para Portugal:**

	Muito boa	Boa	Má	Muito má	NS	NR
Ter um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições.						
Serem os especialistas e não os governantes a tomar as decisões de acordo com o que consideram ser melhor para o país.						
Serem as Forças Armadas a governar o país.						
Ter um sistema político democrático.						

**58. Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com cada uma delas.**

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	NS	NR
A democracia pode ter alguns problemas mas é a melhor forma de governo.							
Em democracia o sistema económico funciona mal.							
Em democracia há muitas indecisões e conflitos.							
Em democracia é difícil manter a ordem.							

**59. Utilizando a seguinte escala, em que 1 significa “Nunca” e 10 “Sempre”, diga se acha que se justificam as seguintes ações:**

[illegible]

l) Suicídio													
m) Não passar recibos para não pagar impostos													
n) Ter relações sexuais com parceiros ocasionais													
o) Não pagar a tarifa num transporte público													
p) Prostituição													
q) Experiências científicas com embriões humanos													
r) Manipulação genética de alimentos													
s) Inseminação artificial ou fertilização in vitro													
t) Pena de morte													

Em minutos, quanto tempo demorou a preencher este questionário?\_\_\_\_\_

**Muito obrigado pela sua colaboração no preenchimento deste questionário. A sua opinião é muito valiosa.**